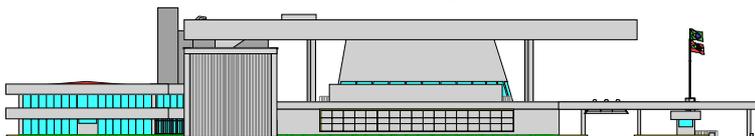


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 26 DE JULHO DE 2012

NÚMERO 6.447

**MESA**

Gelson Merisio

**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa

**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves

**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima

**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori

**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar

**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima

**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Aldo Schneider

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**

Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**

Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Silvio Dreveck  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Mauricio Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon  
Dirce Heiderscheidt  
Jorge Teixeira  
Manoel Mota  
Pe. Pedro Baldissera  
Sandro Silva  
Valmir Comin

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Silvio Dreveck  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Joares Ponticelli  
Jorge Teixeira  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Mauricio Eskudlark  
Marcos Vieira

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 084ª Sessão Ordinária realizada em 18/07/2012..... 2 Ata da 085ª Sessão Ordinária realizada em 18/07/2012..... 6 Ata da 011ª Sessão Extraordinária realizada em 18/07/2012..... 15 Ata da 012ª Sessão Extraordinária realizada em 18/07/2012..... 17 Ata da 013ª Sessão Extraordinária realizada em 18/07/2012..... 17</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa ..... 18</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Aviso de Resultado ..... 19 Extrato ..... 19 Ofício ..... 20 Portarias ..... 20</p>
---	---	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Aborda projeto de lei, de sua autoria, que institui a campanha estadual "Todos somos pedestres - Respeite a sua própria preferência". **DEPUTADO JORGE TEIXEIRA** - Refere-se à indicação, de sua autoria, sobre a SC-302. **DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Comenta a dívida dos estados e municípios com a união.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Reporta-se à criação da Defensoria Pública. **DEPUTADO MAURO DE NADAL** (aparte) - Aborda a criação da Defensoria Pública.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Refere-se à criação da Defensoria Pública.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Aborda o trabalho que realizou no primeiro semestre do ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, como médico ortopedista, tenho a preocupação de falar hoje à comunidade catarinense sobre a faixa de pedestres.

Nós não respeitamos a faixa de pedestres no estado de Santa Catarina, posso dizer, e no Brasil também não respeitamos.

Mas nós, como catarinenses, temos a obrigação de alertar as entidades, ao governo, representações políticas, e este Poder. Através deste Poder elaborei um projeto de lei que institui a campanha estadual "Todos

somos pedestres - Respeite a sua própria preferência", e adota outras providências.

(Passa a ler.)

"Art. 1º Fica instituída no Estado de Santa Catarina a Campanha Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência.

Parágrafo Único. A campanha de que trata este artigo será realizada anualmente na primeira semana do mês de dezembro.

Art. 2º A presente Lei tem por finalidade:

I - a realização de palestras para esclarecimento e conscientização sobre a necessidade de respeitar o pedestre e sua movimentação junto à faixa de travessia, as possíveis consequências quando desrespeitada a referida sinalização, bem como sobre o correto comportamento do pedestre;

II - a divulgação da campanha por intermédio de propaganda em rádio e TV; e

III - a interação entre agentes de trânsito, Polícia Militar e população em geral.

Parágrafo Único. Os eventos descritos neste artigo não estão limitados à Campanha objeto da presente Lei, podendo os mesmos ser realizados a qualquer tempo.

Art. 3º Na execução desta Lei, o Poder Público poderá firmar convênios e parcerias com entidades afins.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de

noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O respeito ao pedestre deveria partir espontaneamente do cidadão, no entanto, dada a evidente ausência de consciência de alguns, o Estado precisa intervir.

O novo Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei n. 9.503/97, que não é tão jovem assim, estabeleceu de forma expressa a preferência do pedestre que se movimenta na respectiva faixa. Essa foi, de fato, uma conquista importantíssima do pedestre.

Nos termos do referido código, constitui infração gravíssima 'Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos', punida com multa e suspensão do direito de dirigir. O art. 214 disciplina que 'Deixar de dar preferência de passagem ao pedestre e ao veículo não motorizado: I - que se encontre na faixa a ele destinada; II - que não haja concluído a travessia mesmo que ocorra sinal verde para o veículo; III - portadores de deficiência física, crianças, idosos e gestantes' caracteriza infração gravíssima, com pena de multa. Isso tudo sem prejuízo de outras sanções caso venha, com essa conduta, lesionar ou matar alguém. Ocorre que tais previsões não têm sido suficientes para a definitiva conscientização do cidadão.

Em países como a Espanha e os Estados Unidos, dar preferência ao pedestre que está na faixa respectiva ou que pretende ingressá-la é uma prática comum, rotineira. Aqui no Brasil, quando isso ocorre, o pedestre não só fica surpreso, como agradece ao motorista como este estivesse fazendo-lhe um grande favor!

No nosso país, há pelo menos quatro localidades onde a Lei de Trânsito, em relação ao pedestre que se encontra na faixa respectiva ou que pretende adentrá-la, é respeitada: Brasília - DF, Natal - RN, Gramado e Canela/RS e Riviera de São Lourenço (modelo de ocupação urbana, reconhecido internacionalmente), localizada no município de Bertogoa, SP. Idêntico exemplo espera-se em breve de todas as cidades do estado de Santa Catarina.

É claro que o pedestre também tem obrigação no trânsito. Nunca é demais lembrar que toda e qualquer pessoa tem direitos e obrigações. Ninguém é titular absoluto de deveres e de direitos, mas todos esses temas deverão fazer parte da campanha pretendida.

Portanto, a realização de uma campanha anual se faz importante, eis que promoverá o alerta necessário para despertar a consciência dos catarinenses para a importância de respeitar a faixa de pedestre e dar exemplo aos demais estados brasileiros, como as cidades acima mencionadas estão fazendo."

Assim, esse projeto tem, sim, o objetivo de aumentar os cuidados que devemos ter no trânsito com o pedestre. E quem são os pedestres? Somos nós, as pessoas que vão atravessar uma faixa no trânsito. Temos realmente que ter essa consciência em nível de Santa Catarina, para que possamos com isso dar mais respeito às pessoas, evitando mortes, atropelamentos, problemas familiares e assim por diante.

Então, essa consciência de trabalharmos em prol do cuidado da faixa de pedestre está na consciência de cada catarinense. Você, motorista, deve ter essa consciência e, como falei no meu discurso, quando paramos não estamos fazendo um favor ao pedestre, isso é um direito dele, nós é que estamos desrespeitando a lei quando não paramos na faixa de pedestre.

Era essa a nossa mensagem sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jorge Teixeira, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, encaminhamos ao sr. governador do estado uma indicação para que seja construído um *bypass* na rodovia SC-302, entre os municípios de Aurora e Laurentino. Essa rodovia é muito importante porque escoava toda a safra da região da cebola, faz o escoamento industrial de todo o cimento produzido em Vidal Ramos, o escoamento de toda a indústria da construção civil da região de Ituporanga.

Mas, hoje, a SC-302 está causando transtornos na área urbana do município de Rio do Sul, haja vista que ela corta o nosso município pela rua Rui Barbosa, que é uma via central, urbana, residencial e de colégios.

Por isso, solicitamos que o sr. governador do estado, o secretário Valdir Cobalchini, façam os projetos para que essa rodovia entre na localidade de Aurora, Ribeirão Strey e saia no Ribeirão do Tigre, na cidade do Rio do Sul, já na BR-470, no trevo de entrada da cidade de Rio do Sul.

Pedimos ao sr. governador carinho com relação a essa solicitação, uma vez que a comunidade de Rio do Sul necessita muito desse projeto e dessa construção da rodovia.

Sr. presidente, era o que tínhamos para hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado deputado Jorge Teixeira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital.

Antes de entrar no assunto que pretendo abordar no horário dos Partidos Políticos que foi concedido pelo meu amigo deputado Silvío Dreveck, preciso rapidamente trazer algumas informações sobre as reuniões que tivemos na segunda-feira e no dia de ontem, em Brasília, reunidos novamente com a diretoria da Unale em várias audiências, dando sequência ao trabalho que estamos fazendo, a luta que estamos empreendendo no Brasil inteiro, deputado Jorge Teixeira, na busca de uma solução para a renegociação da dívida dos estados.

Ontem, deputado Moacir Sopelsa, deputado Silvío Dreveck, estivemos com o ministro Valmir Campelo no Tribunal de Contas da União, que foi designado relator na questão da dívida dos estados e municípios com a união.

Agora, deputado Romildo Titon, o Tribunal de Contas resolveu separar o tema dívida de estados e municípios com a união do restante das contas.

Então, o tema, graças a Deus, começa a movimentar e a fazer com que cada órgão crie estruturas para colocar esse assunto em pauta.

Voltei animado porque agora temos outro Fórum para discutir, embora a decisão

seja política, sabemos disso, mas o Tribunal de Contas vai se posicionar como órgão técnico sobre isso. E o que falávamos ontem para o ministro Valmir Campelo, deputado Dado Chereim, é que este paliativo que o governo federal vem encontrando só aumenta o problema a longo e médio prazos.

Os empréstimos que estão sendo concedidos aos estados são bem-vindos, deputado Jorge Teixeira. Ontem foi lançado o PAC catarinense e serão mais de R\$ 3 bilhões de investimentos. Como bem disse ontem aqui nesta tribuna o deputado Valmir Comin, eu o assisti pela TVAL, que se eles forem bem aplicados, e confio muito no Murilo Flores na gestão desse PAC, não tenho dúvida de que estes R\$ 3 bilhões poderão render muito mais.

O problema, deputado Silvío Dreveck e deputado Moacir Sopelsa, é que nós continuamos assistindo o endividamento dos estados. Ou seja, o problema não está sendo resolvido. Está sendo jogado para frente, está sendo protelado. E quem terá que buscar solução para isso serão os nossos filhos, os nossos netos, porque parece-me que vai passar o nosso tempo e não vamos resolver, porque são sete anos de carência e mais 20 anos para pagar.

Estamos pagando uma conta desde 1998 que era 4,3. Pagamos sete e ficamos devendo 10, porque o governo federal pratica juros escorchantes contra os estados. Repito aqui e quero deixar sempre em alto e bom som, esta não é uma crítica ao governo da presidente Dilma Rousseff. Quem criou este problema não foi a presidente Dilma. Este problema vem de 1997, 1998, e também não foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso quem o criou, o que aconteceu naquele período foi apenas a consolidação das dívidas que os estados têm. Só que nós vivíamos uma realidade econômica totalmente adversa da que vivemos agora. Nós vivíamos uma realidade econômica de juros de 10% ao mês. Muito diferente da realidade atual.

Ontem, no Tribunal de Contas, encontramos essa alternativa e convidamos v.e.a., deputado Sandro Silva - não sei se estará aqui como deputado, espero que esteja -, para participar. Pretendemos, no dia 19 de novembro, realizar aqui nesta Assembleia Legislativa um grande seminário nacional, envolvendo os Tribunais de Contas dos estados, o Tribunal de Contas da União, a Unale e o colégio de presidentes das Assembleias Legislativas.

O ministro Valmir Campelo aceitou o convite para estar aqui, e estamos articulando através do conselheiro Sebastião Helvecio, de Minas Gerais, a participação de todos os Tribunais de Contas do Brasil. Certamente o nosso, como anfitrião, também fará a sua parte, para que possamos dar um encaminhamento definitivo a essa questão das dívidas dos estados, resolver, solucionar e não protelar. Não dá mais, deputado Silvío Dreveck, para assistir essa cobrança de juros que nos retiraram todos os meses recursos importantes da educação, da saúde, da segurança e de outras áreas em que o estado precisa investir.

Deputado Dado Chereim, precisamos ficar batendo nessa tecla. No ano passado nosso estado, somando tudo, investiu R\$ 1 bilhão e só por conta da amortização da dívida nos foram retirados dos cofres R\$ 1,5 bilhão, é uma vez e meia o que investimos, deputada Dirce Heiderscheidt, investimos R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão nos foi retirado por conta da amortização de uma dívida que só cresce e que não acaba nunca.

Disse ontem ao ministro Valmir Campelo: O interessante, ministro, é que todos apoiam e ninguém resolve. Sabem o que sentimos em Brasília, deputado Moacir Sopelsa

e deputado Sílvio Dreveck, naquela caminhada que fizemos? Todos concordam que os estados têm razão, todos concordam que o que a união pratica contra os estados é agiotagem, só que não se consegue chegar ao poder de decisão para que alguém mande resolver, uma vez que está prejudicando e levando ao caminho da falência a médio e longo prazos os estados e os municípios deste país.

Não me cansarei de fazer este alerta até encontrarmos uma solução, não vamos largar essa bandeira, vamos ficar chatos, deputado Moacir Sopelsa, insistentes, e dia 19 de novembro estaremos todos aqui, Dia da Bandeira, uma segunda-feira, os Tribunais de Contas do Brasil inteiro, da união, para dizer que não vamos esperar e que não vamos calar. Não sairei desta tribuna enquanto instituição, para clamar por essa renegociação que, sendo feita, será colocar dinheiro no cofre do estado, ou melhor, não será colocar porque está lá, será impedir que seja retirado. Ninguém quer praticar calote, nós queremos pagar, queremos que esse dinheiro fique aqui e que se pague juros honestos e justos para a confederação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Vamos suspender a sessão até as 11h, no horário da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0059/2012; 0127/2012; 0141/2012; 0150/2012; 0158/2012; 0159/2012; 0160/2012; 0163/2012; 0164/2012; 0186/2012; 0188/2012; 0199/2012; 0203/2012; 0208/2012; 0211/2012; 0216/2012; 0225/2012; 0228/2012; 0232/2012; 0243/2012; 0246/2012; 0255/2012; 0257/2012; 0260/2012; 0262/2012; 0277/2012 e 0626/2012.

Esta Presidência comunica também que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0342/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0343/2012 de autoria do deputado Jorge Teixeira.

Comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0707/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0708/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Pedido de Informação n. 0061/2012, de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre quais as empresas que requerem o refinanciamento de suas dívidas através do Revigorar I, II e III.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de

abordar o projeto que vamos votar hoje, que trata da Defensoria Pública.

Ontem, por volta da 1h da madrugada, não sei quantos telespectadores da TVAL estavam assistindo o canal naquele momento, mas eu era um deles. Estava chegando de Brasília no último vôo e fiquei assistindo um pouco até para saber como tinha sido a sessão de ontem, já que não estava nesta Casa, porque cumpria compromissos que a presidência da Unale exige, tratando, como já relatei antes, dessa questão da renegociação da dívida dos estados com o Tribunal de Contas da União, com o ministro Valmir Campelo e saímos com uma boa perspectiva. Inclusive vamos realizar um grande seminário aqui em Santa Catarina no dia 19 de novembro, com a participação do Tribunal de Contas da União e dos tribunais dos estados, além da Unale e do colégio de presidentes.

Mas assisti atentamente ao pronunciamento de v.exa., deputado Mauro de Nadal, sobre essa questão da Defensoria Pública, em relação a qual, aliás, esta Casa deverá manifestar-se ainda hoje, à manifestação do deputado Neodi Saretta e ao aparte que foi concedido ao deputado José Nei Ascari.

Gostaria de dizer que tenho uma posição definida, já formada há muito tempo, deputado Mauro de Nadal, que é muito parecida com a de v.exa., ou melhor, também entendo que o modelo que tínhamos em execução em Santa Catarina, o da Defensoria Dativa, era o melhor do Brasil, não tenho dúvida. Estou absolutamente convencido disso e discuto este assunto em qualquer lugar. Com todo respeito que tenho ao trabalho dos defensores públicos, das defensorias, mas o modelo que Santa Catarina construiu dava certo, evidentemente que precisaria de ajustes, mas saiu a decisão do Supremo Tribunal Federal e fomos incompetentes, acredito, na defesa daquele modelo.

É bem verdade que o dispositivo constitucional pesava contra nós, mas penso que deveríamos ter sido mais competentes e mostrado aos ministros do Supremo que tínhamos um modelo eficiente, porque, deputado Neodi Saretta, na maioria dos estados do Brasil os problemas com a defensoria são gigantes, e justamente por aquilo que v.exa. destacou: falta de estrutura. V.Exa. reconheceu que temos que criar condições para resolver esse problema, porque não dá para tirar dinheiro da Educação e da Saúde, que é o que sempre ocorre quando se mexe no caixa-geral. Temos, sim, que criar condições para reduzir outras estruturas, mas, como bem observou v.exa., com a Defensoria Pública nunca chegaremos próximo daquilo que a Defensoria Dativa proporcionaria.

A capilaridade da Defensoria Dativa é inquestionável, incomparável, de menor custo, com mais resolubilidade, mais presença e acesso ao cidadão, como, por exemplo, aquele que não teve o seu caso repercutido na imprensa e que ninguém sabe que padece, carece e necessita da assistência jurídica do estado.

Lá no pequeno município, e vou citar o menor da minha região, Santa Rosa de Lima, nunca chegaremos ao ideal de termos um defensor público, porque eu não consigo imaginar de onde se possa retirar recursos para chegar a um defensor em cada município, que seria o ideal nos pequenos. É evidente que um para Joinville não atenderia a necessidade, mas lá no pequenino município de Santa Rosa de Lima há mais de meia dúzia de advogados que podem prestar esse serviço com resolutividade e por um custo muito menor. Até porque ele somente vai ser remunerado por aquele serviço prestado quando a causa que ele defendeu

estiver transitada em julgado. Esta é a diferença.

Nesses anos em que milito na nossa entidade, a Unale, não foram poucas as vezes que parlamentares de outros estados do Brasil pediram-me exatamente para falar sobre esse modelo e reclamar que o modelo que eles têm não funciona. E aí eu trouxe, deputado Mauro de Nadal, aquela manifestação da senadora Ana Amélia Lemos feita no dia 21 de maio na tribuna do Senado que mostra essa dificuldade da união.

A Defensoria Pública da união existe desde 1995. Temos no Brasil 489 defensores públicos. Isso corresponderia a 14 em Santa Catarina, porque considerando que o Brasil tem uma população economicamente ativa na ordem de 130 milhões, aqui em Santa Catarina em torno de 3,6 milhões, na mesma proporção, com 489 que temos no Brasil para atender o país inteiro, daria 14 defensores públicos aqui em Santa Catarina.

Ainda estamos nessa proposta capitaneada, liderada pelo deputado José Nei Ascari, que é o relator, e, como bem reconheceu o deputado Neodi Saretta ontem, conseguimos evoluir. É evidente que não para o ideal. Eu defendia, sim, uma defensoria em cada mesorregião bem estruturada, com condições e equipamentos, porque vejo que a Defensoria Pública nacional reclama a falta de veículos, sede, internet e meios para funcionar. Então, se tivéssemos seis em cada mesorregião bem estruturada e equipada para poder, na parceria com a OAB, universidades e outros órgãos que precisam participar, prestar um serviço de mais resultado, eu penso que conseguiríamos melhorar esse serviço e melhorar a fiscalização.

Também dissemos na reunião que fizemos anteriormente sobre isso, deputado Mauro de Nadal, que se não forem seis, têm que ser 21 para haver uma em cada microrregião, deputado Neodi Saretta, porque daí temos que atender aquela estrutura que a Fecam, entidade que v.exa. já presidiu, distribuiu nos municípios do estado.

Então, vamos estruturar dessa forma, equipá-las bem e melhorar o atendimento e a fiscalização dessa parceria com a OAB, e eu não tenho dúvida de que o resultado será bom.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. faz, com muito conhecimento de causa, o debate dessa matéria importante que hoje à tarde deverá ser apreciada neste Parlamento.

Eu lanço sempre duas visões sobre o tema. A primeira, a visão do administrador frente às dificuldades que o estado já possui, frente ao esforço que o governo vem fazendo para atender áreas prioritárias, áreas afins. E para a estruturação da Defensoria Pública, vamos ter que retirar da possibilidade de investimentos que o estado terá para Santa Catarina o recurso necessário para a implantação de tudo isso.

Coloco-me em outro polo na citação da pessoa mais necessitada do estado de Santa Catarina, que vive no pequeno município, que não é comarca hoje, onde temos advogados prestando assessoria jurídica gratuita ao necessitado, mas remunerada em determinados casos pelo estado. E esta pessoa, no pequeno município, não vai ter o defensor público para defendê-la nas situações em que necessitar. Então, é este trabalho que hoje vem sendo feito com muita precisão pela OAB, pelas universidades do estado de Santa Catarina que merece ter continuidade. Por isso, defendi o modelo de criação de seis

Defensorias Públicas no estado, como um polo centralizador, e o repasse dessas atribuições para a OAB, para universidades, para atender as pessoas que mais necessitam em todos os cantos do nosso estado.

Parabéns pelas suas colocações e comungo com v.exa., com vosso posicionamento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, quero agradecer e parabenizá-lo pelo debate.

Entendo que a primeira grande decisão que precisamos tomar é se de fato estamos convencidos que a Defensoria Pública é importante para o nosso estado e para população, principalmente a de baixa renda, e a outra questão é o custo. Eu quero discutir o custo. O que custa hoje a Defensoria Dativa e o que consegue fazer para a população, principalmente em relação ao trabalho preventivo, articulado, extrajudicial. Estou disposto a fazer essa discussão para que Santa Catarina tenha uma Defensoria Pública que possa atender a nossa expectativa e eu acredito que isto possa existir.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - O debate é importante, e o deputado Neodi Saretta frisou muito bem ontem, esta Casa é que está construindo esta matéria, nós temos uma responsabilidade muito grande. O deputado José Nei Ascari, repito, agiu com muita responsabilidade, com muita humildade, ouvindo e oportunizando a participação de todos. Quem sabe possamos, hoje à tarde, iniciar a construção de um projeto que vai ser referência para o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, estamos finalizando este primeiro semestre do ano 2012, e quero hoje trazer presente um dos grandes temas que este Parlamento debate. Entendo que este semestre teve momentos extraordinários nesta Casa, e fechamos o semestre com grandes temas em discussão. Eu destacaria o tema Defensoria Pública, trazido à tribuna há pouco pelo deputado Joares Ponticelli, que é o anseio da população catarinense, o anseio dos movimentos sociais, enfim, do conjunto de entidades, que inclusive encaminharam um projeto de iniciativa popular, que infelizmente não andou nesta Casa.

Mas na minha fala de hoje quero abordar alguns momentos do primeiro semestre de 2012, também destacar o nosso trabalho, e agradecer à nossa bancada a oportunidade de, mais uma vez, representá-la. Destaco, também, o trabalho como Oposição, de fiscalização, de propor políticas, de articular políticas para Santa Catarina junto ao governo federal que, felizmente, mais uma vez, investe um grande recurso em nosso estado, dando oportunidade ao governador Raimundo Colombo de, ontem, reunir seus secretários, reunir a imprensa e anunciar medidas para o nosso estado.

Uma cobrança que fiz muitas vezes nesta tribuna, foi que o estado de Santa Catarina precisaria ter também uma política ofensiva de investimentos, de recuperação de setores da economia catarinense, investimentos em áreas sociais, que está caótica. Infelizmente não vi investimentos na área da saúde, que na campanha o governador dizia que era prioridade. Não estamos vendo essa prioridade.

O que estamos cobrando é que não pode só haver investimentos endividando o estado, buscando dinheiro para os futuros governos pagarem. É preciso enxugar a máquina pública, construir uma expectativa com os próprios recursos do Tesouro do Estado para fazer investimentos, que hoje não estão sendo feitos.

Então, além desse nosso trabalho de fiscalização, de cobrança do programa de governo anunciado, que deu oportunidade do governador se eleger já em primeiro turno, a sociedade tem uma expectativa e continua cobrando, e nós somos aqui os interlocutores dessa cobrança.

Além desse trabalho todo que viemos fazendo, existem temas específicos relacionados à Santa Catarina que precisam ser abordados. Temos grandes temas como o das enchentes, como o da estiagem. E conseguimos incluir agora um investimento importante de R\$ 60 milhões. Esperamos que sejam aplicados os recursos de investimentos do BNDES para as regiões atingidas pela estiagem.

Temas como da agricultura, a questão do Plano Safra, que estamos acompanhando, o tema da suinocultura, sobre o qual acompanhamos os debates em Brasília na semana passada. Temos outra questão importante que é o conflito na área de agricultores indígenas nos municípios de Cunha Porã e Saudades, problema para o qual temos dedicado boa parte da nossa agenda e do nosso debate neste ano. Estamos com um convênio assinado pelo governo do estado para que repasse recursos a fim de comprar uma área para os indígenas.

Além desses temas, estamos na luta pelo tema das ferrovias, que é um grande apelo dos setores produtivos, seja dos agricultores familiares, seja das empresas, seja da agroindústria do nosso estado, principalmente do oeste catarinense onde faltam investimentos na infraestrutura. Tivemos passos significativos neste encaminhamento na área das ferrovias. Estivemos em encontro da Unale em Natal discutindo esse tema com outros países, estivemos na Argentina debatendo esse tema das ferrovias num encontro do Parlasul.

Temos o tema da habitação rural e urbana, setor onde vem sendo construída uma política importante pelo governo federal no interior e na cidade com o Programa Minha Casa Minha Vida, pelo PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural. Cobramos do estado investimentos em habitação, e podemos dizer que o investimento é zero em habitação popular por parte do governo de Santa Catarina.

O tema alimentação saudável, que construímos aqui com as organizações, com os movimentos, com as entidades. Estamos, inclusive, num debate com a Mesa desta Casa para construir uma campanha de esclarecimentos, campanha de alimentação saudável para trazer mais saúde para a nossa população. Temos aí o projeto, que está tramitando nesta Casa, de 20% de produtos orgânicos na alimentação escolar para nossas crianças em idade escolar.

Além disso, outros temas como o acesso à informação, pois a sociedade brasileira e catarinense tem esse direito, mas temos tido grandes dificuldades, principalmente com o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Continuamos lutando, inclusive na Justiça, para termos acesso à auditoria feita no Ministério Público e no Tribunal de Contas do nosso estado. Mas são passos que vêm sendo dados no Brasil e no estado na divulgação e no acesso à informação sobre os gastos públicos.

Além disso temos, com certeza, o que eu já falava no início, um dos grandes

projetos ao qual dedicamos boa parte do nosso tempo, do nosso debate, da nossa organização, que é a questão da Defensoria Pública. Eu destacaria como um dos principais projetos deste ano e deste primeiro semestre.

Outro tema, relacionado aos agricultores, principalmente aos agricultores familiares do nosso estado, é o tema do Código Florestal Brasileiro. Mesmo como deputado estadual, acompanhamos este debate na ponta, com os agricultores e com as organizações.

Também acompanhamos este debate em Brasília, em inúmeras reuniões, seja na Câmara federal, com o presidente, seja com os deputados, com as comissões, mas também com o ministério do Meio Ambiente.

Temos acompanhado esta questão diretamente com a agricultura familiar, e com o setor construímos propostas que influenciaram nas decisões do ministério do Meio Ambiente, do governo federal, e da Câmara dos Deputados.

Então, esta construção que fizemos, inclusive através da comissão de Agricultura desta Casa, propondo políticas, construindo políticas e propondo inclusive modificações, foi um dos grandes passos de respeito, de diferenciação da agricultura familiar da grande propriedade.

Acho que este foi um dos grandes passos dados, de fato reconhecer a condição de uma propriedade que tem cinco, dez hectares, da condição diferenciada de uma propriedade que tem cinco a dez mil hectares, no Brasil.

Então, com certeza, destacaria esses dois grandes projetos, tanto da Defensoria quanto a construção do Código Florestal Brasileiro, em nível nacional, neste primeiro semestre.

O nosso desafio é continuar o trabalho de cobrança nas áreas da saúde, de investimentos em rodovias, em ferrovias, do funcionamento da Defensoria Pública de fato, a partir da aprovação do projeto nesta Casa, e outros grandes temas, como a implantação do Código Florestal Brasileiro no estado, enfim, um conjunto de políticas que temos pela frente, que precisam ser implantadas e que têm um grande apelo da sociedade catarinense e brasileira.

Então, gostaria de deixar este recado, esta avaliação e alguns elementos que trouxemos aqui neste primeiro semestre de 2012.

Muito obrigado, sr. presidente, a todos os deputados e a todos que nos acompanham.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais deputados inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente sessão, agradecemos aos funcionários da Casa que colaboraram em plenário, especialmente aos policiais militares que deram segurança à Casa, ao pessoal da TVAL que trabalhou até o presente momento, às taquígrafas que estão aqui no plenário também, às nossas assessoras da Mesa Diretora que trabalharam até o presente momento, ao pessoal da imprensa, e também aos telespectadores que acompanharam esta sessão até o presente momento.

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a hora regimental.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Ciro Roza - Dado Chereim - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Tece comentários sobre os projetos que tratam da Defensoria Pública; aborda o projeto que cria o Revigorar IV.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Comenta a entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à revista *Veja*.

**DEPUTADO DADO CHEREIM** (aparte) - Elogia as considerações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Refere-se ao projeto de criação e implementação da Defensoria Pública.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reporta-se ao rol de candidatos a vereador em Joinville.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** (pela ordem) - Registra sua participação no Fórum Internacional de Esportes e a presença do chefe-de-gabinete do ministro dos Esportes no evento.

**DEPUTADO VALTER GALLINA** - Aborda projeto de lei de sua autoria; reporta-se à homenagem ao Senge/SC e à assinatura de contrato entre a Casan e a prefeitura de Florianópolis.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Expressa suas convicções sobre a criação da Defensoria Pública.

##### Ordem do Dia

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (pela ordem) - Encaminha a votação à Emenda n. 04 ao art. 26 do PL n. 0237/2012 (Revigorar IV).

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** (pela ordem) - Encaminha a votação à Emenda n. 04 ao art. 26 do PL n. 0237/2012 (Revigorar IV).

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0237/2012 (Revigorar IV).

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0237/2012 (Revigorar IV).

**DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação do destaque que suprime os §§ 1º e 2º do art. 56 do PLC n. 0016/2012.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda modificativa aos Anexos V, VI e VII do PLC n. 0016/2012, dando nova redação ao artigo.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0016/2012, com as emendas aprovadas na comissão.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** (pela ordem) - Faz declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, acabamos de encerrar a reunião da comissão de Finanças e Tributação desta Casa, que analisou o projeto de lei de origem governamental que cria a Defensoria Pública em Santa Catarina, dispõe sobre a sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Nós já nos manifestamos, ontem, da tribuna da Assembleia Legislativa sobre esse projeto, bem como na comissão também fizemos a nossa manifestação, sendo que queremos continuar um pouco mais esse debate já com os relatórios feitos, porque essa matéria virá à votação às 16h.

Queremos que a população de Santa Catarina, aquela que não tem recursos para pagar um advogado, um defensor, tenha de fato a possibilidade de receber, através do estado, a devida assistência jurídica.

Por isso ficamos preocupados com o projeto que aportou nesta Casa em função da criação de um pequeno número de defensores. Inclusive, manifestamos nossa preocupação de que a situação poderia ficar pior do que está hoje.

Através dos debates nesta Casa e do relatório do eminente relator, deputado José Nei Ascari, na comissão de Constituição e Justiça, diversas emendas foram acatadas, algumas apresentadas pela nossa bancada e outras individuais. Eu mesmo tive duas emendas individuais contempladas e que visam aperfeiçoar o projeto, visam melhorá-lo. Apesar disso, o projeto ainda está longe de ser o ideal. A previsão inicial de 14 núcleos foi ampliada para 21, tendo agora pelo menos um em cada microrregião. Mas penso que deveríamos ter

em todas as comarcas um núcleo da Defensoria Pública.

Quanto ao número de defensores, o governo previu concurso apenas para 20, embora estejam sendo criados 60 cargos. Esse número foi mudado e agora será feito concurso para 60 defensores, o que é um avanço. Contudo, ainda seremos o estado da federação com o menor número de defensores públicos *per capita*. Atualmente, o estado com menor número proporcional de defensores é São Paulo, que tem 500. Entretanto, já tramita um projeto de lei aumentando para 900.

Então, a nossa preocupação é com aquelas pessoas que têm maior dificuldade e que não podem pagar um advogado para terem assistência jurídica. Amparar essas pessoas foi a intenção do constituinte de 1988 quando estabeleceu que o estado deveria prestar essa assistência. É bem verdade também que o relator manteve o dispositivo que prevê a realização de convênios com instituições enquanto a Defensoria Pública não estiver totalmente implantada. Hoje os cursos de Direito mantêm escritórios atendidos pelos acadêmicos que ajudam muitas pessoas e poderão continuar ajudando através dessa possibilidade.

Disse ontem, desta tribuna, disse há pouco na comissão de Finanças e repito agora neste plenário: temos que nos preocupar com o cidadão que está lá na ponta, aquele que não tem condições financeiras, e não apenas com os casos que dão repercussão na mídia.

A segunda questão que quero abordar é sobre outro projeto que virá à votação hoje, que é um projeto chamado Revigorar. De tempos em tempos o governo de Santa Catarina adota encaminha projeto desse tipo para recuperar créditos, dívidas vencidas de credores da Fazenda Pública Estadual. O ideal seria que o estado encontrasse um mecanismo de valorização dos contribuintes que pagam em dia, para que eles pudessem ter algum tipo de ganho, de incentivo e não apenas quem não pagou em dia ter abatimento de multas, juros e outras vantagens. Temos que estimular os catarinenses que cumprem as suas obrigações, até porque quando vêm projetos como o Revigorar, eles dão uma folga de caixa, mas depois a situação volta ao normal e a inadimplência não cai. Mas se o governo encontrasse um mecanismo de valorização daqueles que estão pagando os tributos em dia, poderia melhorar a inadimplência, pois, segundo se fala, o montante é de cerca de R\$ 6 bilhões.

No projeto anterior conseguimos fazer uma discussão importante, que foi canalizar os recursos decorrentes do Revigorar para a área da saúde, tão necessária, tão urgente. Conversávamos há pouco com representantes da imprensa sobre a questão das UTIs. Dias atrás uma sugestão foi encaminhada ao secretário da Saúde no sentido da criação de uma UTI neonatal nas microrregiões onde ainda não há. No caso me referia especificamente à cidade de Joaçaba e região, cujos pacientes quando necessitam de UTI neonatal têm que ser removidos para Curitiba ou para Concórdia, deputado Nilso Berlanda.

Estou-me referindo à cidade de Joaçaba, mas também há outras microrregiões que não possuem e que precisam de UTI neonatal.

Por isso, os recursos do novo Revigorar deveriam ser canalizados para uma área tão importante como a da saúde, a exemplo do que foi feito no projeto anterior, embora até hoje não se tenha ainda a aplicação total daqueles recursos. Temos cobrado isso, pois sabemos que é uma área vital e por isso o governo precisa fazer um esforço extra para atendê-la.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Gostaria de saudar o vereador Reinaldo Wengrznynowski, Saul Ferreira Ramos e Rui Rei Rene Wengrznynowski, de Três Barras.

Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa!

Não havendo mais deputados inscritos em Breves Comunicações, suspendemos a presente sessão até as 15h, reiniciando-a no horário dos Partidos Políticos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, quero, deputado Dado Cherem, recomendar a leitura da entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu conversava, inclusive, com dois amigos do PT, que já tinham lido a entrevista, os quais também elogiaram a lucidez do ex-presidente nessa entrevista que consta das páginas amarelas da revista *Veja* desta semana, na qual ele reclama da falta de debate no Brasil.

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. e Fernando Henrique Cardoso não comungam de muitas formas de agir e de pensar. Mas não tenho dúvida de que muito daquilo que ele diz, da sua maneira de pensar vem ao encontro do que v.exa. pensa e defende, porque ouvi hoje ouvi um petista dizendo que em outras épocas suas palavras poderiam ser um manifesto, uma carta do Partido dos Trabalhadores.

O ex-presidente reclama, chama atenção e faz até um *mea culpa*, dizendo que esta é uma tendência do Brasil, ou seja, a falta de debate sobre os grandes temas que interessam efetivamente ao país; a perda de contato do Parlamento com a sociedade e a comunicação direta que se estabeleceu entre o Executivo e a sociedade, passando por cima do Congresso Nacional.

Ele contesta, por exemplo, aqueles que dizem que não há Oposição. Ele diz que Oposição há, mas está dentro do Congresso, que não é mais ouvido pela sociedade, porque a sociedade trata com o governo através dos vários programas de bolsa, como o Bolsa Família, e do BNDES, que libera recursos. Somente agora são mais de R\$ 50 bilhões para o que chamam de Bolsa Empresa. Diz que é um clima de felicidade geral, menos para a classe média. Como nesse meio se perdeu o espaço para o debate, os grandes temas que interessam ao Brasil ficaram de lado.

Foi uma entrevista extremamente lúcida, assunto sobre o qual vale a pena fazer uma reflexão, porque essa é nossa queixa. Mas Fernando Henrique diz que perdemos espaço. Mas por que a população ouve a mídia e o governo reclama que a mídia só faz oposição?

É porque o povo, na verdade, só está ouvindo a mídia, o que é a nossa queixa constante aqui.

É evidente que ele integra o PSDB, mas deixando de lado essa questão partidária, acho que é uma reflexão de um homem lúcido nos seus 81 anos, que, suprapartidariamente, merece ser ouvido.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Joares Ponticelli, trata-se de uma entrevista extremamente lúcida e que põe vários pontos de interrogação na cabeça de todos.

V.Exa., que é professor, sabe o grande poder de informação que todos possuem, principalmente no que se refere àquela informação nociva, subliminar, presente em alguns tipos de propaganda e nos meios de comunicação, mas também àquela que chega todos os dias aos nossos lares através das redes sociais, principalmente trazidas por nossos netos, filhos, etc.

Acho que aí vem a grande pergunta de Fernando Henrique Cardoso: "Por que não se questiona? Por que não se debate? Por que a informação é aceita da maneira que vem sem haver o grande questionamento que havia no passado até ideologicamente?"

Então, ao tempo que possuímos hoje a informação real a cada segundo, também deveria haver o questionamento, o debate. Mas essa informação é boa ou não? É importante ou não? A grande lição que Fernando Henrique Cardoso nos dá, como sociólogo, é de que hoje não há mais debate ou questionamento.

Na última vez que tivemos a oportunidade de estar com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ele nos disse, do alto dos seus 80 anos de idade, que apenas arrepende-se daquilo que não disse e que a partir de agora não ficaria mais quieto até porque não deve nada para ninguém.

Recomendo a leitura dessa entrevista e acho muito oportuna a sua manifestação, deputado Joares Ponticelli, em virtude de expor o pensamento de alguém que deixou uma herança muito bendita para o Brasil.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço a sua manifestação, deputado Dado Cherem.

Gostaria de dizer que desde que comprei essa revista no domingo à noite, no aeroporto, para ler no trajeto até Brasília, li e reli mais três vezes porque, honestamente, sempre fui um admirador do pensador e do intelectual Fernando Henrique Cardoso.

Deputada Angela Albino, não sei se v.exa. já leu essa entrevista, mas vale a pena, porque é completamente desinteressada e porque ele coloca, como disse o deputado Dado Cherem, aquilo que efetivamente pensa, fazendo um *mea culpa*, inclusive, mas, acima de tudo, reclamando e lamentando a falta do debate no país sobre os grandes temas nacionais, contestando aquela onda de pessimismo, aqueles que diziam que o Brasil teria virado a maravilha do mundo e que todos os problemas estariam resolvidos. Ele reconhece que houve avanços extremamente positivos, mas contesta aqueles que estão pregando o pior dizendo que não temos mais a perspectiva que tínhamos.

Então, sua entrevista foi extremamente equilibrada e, honestamente, acho que nós, parlamentares, precisamos fazer uma reflexão porque aquilo que ele reclama é exatamente aquilo que reclamamos no dia a dia, que é a falta do debate e a falta do espaço para o Parlamento. Se perdemos espaço,

perdemos por não debatermos aquilo que efetivamente interessa à população ouvir.

Quando ele diz que a sociedade deixou de nos ouvir para ouvir a mídia é porque a mídia está falando o que o povo quer ouvir e nós não conseguimos falar.

Então, acho que vale a pena. É uma reflexão que, suprapartidariamente, repito, os Parlamentos precisam fazer.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-tarde, sras. deputadas e srs. deputados!

Ocupo a tribuna para, em alguma medida, confluir para o tema que o deputado Joares Ponticelli trouxe à tribuna, um deputado que é um defensor do Parlamento e da condição do Parlamento de ser um espaço plural de ideias e, portanto, onde é possível construir melhores soluções, pensando na democracia como esse exercício de vários pensares para criar um projeto de nação que conflua para o bem comum.

Quero tratar a Defensoria Pública sob o enfoque que temos debatido nesta Casa nos últimos anos não por iniciativa do Poder Executivo, seja ele qual for, o que está agora e o que estava antes, mas sob a perspectiva da iniciativa popular que começou no Sindicato dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina, o Sinjusc, espalhou-se e provocou outras iniciativas. Assim como as universidades do oeste de Santa Catarina, várias universidades ao longo do tempo foram ganhas para essa discussão. E finalmente, pela decisão do Supremo Tribunal Federal, entendeu-se que esse clamor popular tinha também o respaldo na Constituição Federal.

Na verdade, Santa Catarina era o Joãozinho do passo certo nesse que é um tema que, infelizmente, durante muito tempo foi debatido no estado sob um viés financeiro simplista, como se fosse possível mensurar em termos de orçamento os direitos essenciais das pessoas. Se a Constituição determina, não nos cabe dizer se é de uma forma ou de outra.

De todo jeito, essa determinação constitucional nos obriga a implantar no próximo ano a Defensoria Pública. Agora, qual Defensoria Pública é o grande debate do momento.

Vejo com grande lamento que quem sempre disse que esse era o caminho não foi ouvido em etapa nenhuma por quem sempre disse que esse não era o caminho correto. Até como uma forma generosa, uma forma de humildade, que é tão típica dos grandes homens e das grandes mulheres, era preciso chamar essas pessoas para, ao ouvi-las, incorporar o projeto, porque diferente de chamarmos para uma audiência pública para o cumprimento de uma formalidade, é trazermos quem sempre debateu o tema, quem há mais de década vem debatendo o tema e poder ouvir de verdade, porque nos interessa uma Defensoria Pública, e particularmente para nós, mulheres, interessa sobremaneira.

A Lei Maria da Penha tem seis artigos diferentes pressupondo a Defensoria Pública não como um instrumento de punir o agressor, mas numa perspectiva que nos interessa muito mais, que é evitar que essas mulheres sofram uma violência. A Defensoria Pública ajuda a evitar a violência e, portanto, ajuda a evitar a judicialização dos conflitos sociais.

É com lamento que vemos que, por exemplo, o Movimento de Mulheres em nenhum momento foi chamado. Assim, a Defensoria Pública nasce tendo durante três anos tendo a sua frente uma pessoa nomeada pelo governador. Portanto, no curso de todo o governo Raimundo Colombo não teremos uma pessoa independente à frente da Defensoria Pública.

A Defensoria Pública não tem autonomia administrativa, não tem autonomia orçamentária. E como o nobre deputado Joares Ponticelli chamou para o debate, não nos cabe debater apenas na perspectiva de quem terá uma subseção da Defensoria Pública para agradar o eleitorado local. O tema que está colocado para esta Casa é muito mais grandioso, um tema que nós rebaixamos para ver quem tem influência para colocar no relatório uma Defensoria na sua área de interesse eleitoral.

Nós precisávamos discutir que Defensoria estamos propondo; nós precisávamos discutir qual o lugar dessa Defensoria Pública dentro da estrutura de Santa Catarina; nós precisávamos discutir o orçamento da instituição!

Portanto, para nós representa, sim, um avanço e queremos que a Defensoria seja implantada já mesmo com as imperfeições que já estamos identificando, porque melhor que ela venha dessa forma do que não esteja entre nós.

Precisamos registrar, entretanto, que o governo tinha o parâmetro de um projeto de lei que viesse ao encontro dos anseios da comunidade catarinense, mas desprezou essa contribuição que não era de uma pessoa, de um grupo político ou de uma entidade partidária específica e sim de uma força social que trabalha com esse tema há longo tempo.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORIA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, nós estamos bem próximo de mais uma eleição e debruçamo-nos perante o número de candidatos que temos a vereador no município de Joinville. E olhando detalhadamente os nomes e até a representatividade que Joinville possa ter na próxima eleição, fizemos uma constatação bastante interessante. Em primeiro lugar, Joinville está batendo o recorde de candidatos. Temos 342 candidatas a vereador, o que é um número extremamente expressivo. O partido que tem o maior número de candidatos é o PSDB, 37, seguido do PT, com 34; do PMDB, com 33; do PPS, com 31; do PP, com 27; do PSD, com 20; do PDT, com 20; do PR, com 20; do PSB, com 18; do PSC, com 16; do DEM, com 12; depois vêm os demais.

Analisando a profissão de cada candidato, vemos que 25 são servidores públicos, 24, professores; 20, empresários; 19, aposentados; 19, comerciantes; 18 são vereadores que buscam a reeleição, e 13 deles são administradores. Temos ainda 13 donas de casa, 11 advogados, nove gerentes, sete pedagogos, seis representantes comerciais, seis policiais, seis corretores de imóveis e, por incrível que pareça, apenas cinco pessoas ligadas aos meios de comunicação.

Até existe uma segunda versão desses candidatos, porque tenho uma lista na qual oito candidatos a vereador em Joinville

são ligados à comunicação, ou seja, são locutores, comentaristas, jornalistas ou apresentadores de televisão. Na relação do TRE são cinco, mas, pelo que me consta, são oito candidatos do meio de comunicação e um candidato à majoritária que também é jornalista. Temos ainda o deputado Kennedy Nunes, que é candidato a prefeito e que é um dos mais conhecidos jornalistas de Joinville.

De qualquer maneira, chamou-me a atenção por ser um número pequeno, normalmente há um número bem maior. E chamou-me a atenção também não haver um número mais condensado, mais forte de pastores candidatos.

Deputado Kennedy Nunes, estou procurando aqui e achei até cantores, mas não achei ainda um pastor. Sei que o pastor Gomes é candidato, mas na minha estatística não consta.

De qualquer maneira, a Câmara de Vereadores do próximo ano com certeza terá uma representatividade dos mais diversos segmentos da sociedade joinvilense. Isso é fundamental. Mas, em compensação, se fosse um vestibular, seria 19 por um. É como se fosse um vestibular para Medicina, digamos assim, pois são 19 candidatos para cada vaga de vereador no município de Joinville.

Portanto, tenho comigo que essa eleição em Joinville vai render os frutos necessários para que tenhamos um novo governo a partir do ano que vem, com uma Casa Legislativa forte. É o que a sociedade espera e é o que nós queremos também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero registrar que hoje pela manhã representei esta Casa no Fórum Internacional de Esportes, que aconteceu no Hotel Cambirela, que contou com a presença do chefe-de-gabinete do ministro Aldo Rebelo, Joel Benin, que está conosco como desdobramento da criação da Frente Parlamentar Pró Santa Catarina na Copa do Mundo e nas Olimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro de v.exa. e o ministro Aldo Rebelo tem o nosso reconhecimento e o nosso respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valter Gallina, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO VALTER GALLINA - Sr. presidente, srs. deputados, demais pessoas que nos assistem pela TVAL.

(Passa a ler.)

"Dividirei meu pronunciamento em três aspectos, sendo que o primeiro será sobre o projeto de lei a que dei entrada na última semana, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de captação de energia solar e aproveitamento da água das chuvas nas edificações públicas em nosso estado.

A Organização das Nações Unidas definiu que o dia 22 de março é destinado à discussão sobre os mais variados temas relacionados a esse importante bem natural. Mas por que a ONU se preocuparia com a água, haja vista que 2/3 do nosso planeta é composto dela? A razão é que apenas 0,008% do total dessa água são potáveis. Em 1992 a ONU elaborou um importante documento que é a 'Declaração Universal dos Direitos da Água', com dez artigos que servem para despertar a

consciência ecológica da população e dos governantes para o uso consciente da mesma. Desses dez artigos, escolhi alguns para nosso debate:

'Art. 1º. A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

[...]

Art. 5º. A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

[...]

Art. 8º. A utilização da água implica no respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo estado.'

Levando em consideração os dez artigos da ONU, vemos que o cenário de escassez se deve não apenas a irregularidades na distribuição da água, mas também ao fato de que nos últimos cinquenta anos a degradação da qualidade da água aumentou de forma alarmante. Assim, a água passa a ser um recurso natural limitado, finito, não somente por sua quantidade, mas também por sua qualidade e localização.

Por isso, resolvi propor esse projeto de lei, para que possamos utilizar nos prédios públicos um sistema de captação da água da chuva, sendo que sua utilização dar-se-á na limpeza, vasos sanitários, dentre outros. A economia da água potável é na ordem de 40% e o custo benéfico de maneira geral pago em aproximadamente seis anos.

No mesmo sentido, segundo o Projeto de Lei n. 0244/2012 ficam as novas edificações públicas obrigadas a dispor de um sistema de captação de energia solar. A energia solar pode ser aproveitada em diferentes níveis em todo o mundo e ajuda na preservação do meio ambiente.

As centrais de abastecimento dessa energia necessitam de manutenção mínima, aproveitando o sol para obter energia que irá servir na utilização de equipamentos elétricos, gerando mais economia, diminuindo a utilização de energia elétrica, para que haja diminuição da agressão ao meio ambiente.

Um segundo aspecto a colocar é que na noite de amanhã, às 19h, a Assembleia Legislativa irá fazer uma homenagem ao Senge/SC - Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina -, que foi fundado em 21 de julho de 1971, ou seja, no próximo sábado fará 41 anos.

A sede do Senge fica em Florianópolis. Possui sete delegacias regionais distribuídas pelo estado: Blumenau, Joinville, Chapecó, Lages, Criciúma, Joaçaba e Tubarão. É, portanto, extremamente descentralizado, aproxima a entidade do engenheiro, conhecendo a realidade de cada região.

Hoje o Senge é uma entidade forte, que já garantiu inúmeros benefícios aos engenheiros catarinenses. Atualmente tem 5.500 associados, mas representa mais de 20 mil engenheiros em todo o estado."

Causou-me estranheza, srs. deputados, ao fazer o convite pessoal aos deputados, para essa homenagem, verificar que não há nenhum deputado engenheiro. Eu achava que havia cinco ou seis. E comecei a lembrar dos grandes engenheiros políticos que o Brasil já teve, como Leonel Brizola, Mário Covas e Itamar Franco. Até porque sabemos da grande deficiência que há nas várias áreas de infraes-

trutura do estado e do Brasil, como no saneamento, na energia e na mobilidade urbana. Temos com certeza engenheiros capacitados na área executiva trabalhando essas questões. Realmente fiquei surpreso ao saber que não há engenheiros nesta Casa Legislativa.

Um terceiro aspecto a colocar é relativo à população catarinense e, principalmente, à população florianopolitana. A Casan e a prefeitura de Florianópolis assinaram um contrato de programa, na última semana, em que a prefeitura repassa a obrigatoriedade do saneamento à Casan para os próximos 25 anos com alguns compromissos da empresa de saneamento para com a prefeitura e a população florianopolitana.

Então, há exigência de nos próximos quatro anos a Casan executar 75% de cobertura de esgoto em Florianópolis. Hoje temos 51%. Ou seja, em quatro anos vamos aumentar mais 24% de cobertura de esgoto e isso é possível graças aos grandes financiamentos que a empresa fez com um banco japonês (R\$ 405 milhões) e com a Caixa Econômica Federal (R\$ 408 milhões). Até o final deste mês mais de 100 milhões de euros serão tomados junto a uma agência francesa.

Deputado Dóia Guglielmi, desse R\$ 1,5 bilhão, R\$ 400 milhões são para Florianópolis, deputado Edison Andrino, e servirão, inclusive, para, nos próximos três a quatro anos, fazer a cobertura total de rede de esgoto em nossa querida Lagoa da Conceição, onde v.exa. reside.

Quero cumprimentar o presidente da Casan, Dalírio Beber, que obviamente foi um dos responsáveis em buscar esses recursos, mas também louvar o discernimento do prefeito Dário Berger por cobrar o saneamento, mas também por assinar o contrato do programa, confiando na empresa, nesses financiamentos já assinados e que os recursos estão aí e darão condições, sim, de fazer com que a capital catarinense, que já é considerada a cidade de melhor qualidade de vida do Brasil, com certeza fará jus a este título, fique ainda melhor!

Assim, os nossos cumprimentos ao presidente Dalírio Beber e ao prefeito Dário Berger, pelo discernimento da assinatura do contrato de programa, sendo que foi o primeiro contrato de programa assinado em nosso estado, mostrando a confiança que há na empresa, o que fez com que a autoestima dos seus funcionários se elevasse e que a credibilidade subisse. E se houve financiamentos dos órgãos públicos e de organismos internacionais é porque a Casan tem credibilidade e condições financeiras de garanti-los.

Quero, portanto, sr. presidente, agradecer a oportunidade de expor estes três assuntos, tanto a utilização da água de chuva quanto o sistema de captação solar em todos nossos prédios públicos, bem como a homenagem ao Sindicato dos Engenheiros, na passagem dos seus 41, quanto a assinatura desse importante contrato de programa entre a prefeitura da capital e a nossa Casan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Na ausência de representantes do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

Esta tarde, sr. presidente, com certeza é marcante na história deste estado, na história da população catarinense, principalmente na história das pessoas baixa renda, das pessoas que não têm acesso à Justiça e que precisam da atuação do estado em termos de política pública. Refiro-me, srs. deputados, à criação da Defensoria Pública.

Primeiramente quero registrar que não vi claramente uma posição do governo Raimundo Colombo em de fato criar uma Defensoria Pública séria neste estado. Ainda fala-se muito na decisão do STF em obrigar o estado a criar a Defensoria. Inclusive, muitas falas neste Parlamento continuam batendo em cima dessa tese, não convencidos da importância da Defensoria Pública.

Fala-se muito em custos! Mais uma vez fala-se em custos! Vamos debater esse tema, pois na minha avaliação não conseguimos informações sobre o quanto custará a Defensoria Dativa para o estado, pois nem o secretário da Fazenda respondeu concretamente a essa pergunta.

Mas quero trazer outra linha de intervenção e levantar aqui algumas questões e algumas preocupações.

O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a Defensoria Dativa de Santa Catarina e determinou que o estado criasse uma instituição chamada Defensoria Pública.

O que vai significar a votação do PLC n. 0016 e da PEC n. 0003 em relação àquilo que os ministros do STF julgaram?

O ministro Celso de Melo acompanhou o voto do relator do processo e chamou de omissão contumaz a postura do estado de Santa Catarina, que 23 anos depois da promulgação da Constituição da República manteve-se inerte quanto à implantação da Defensoria Pública, violando de modo patente o direito das pessoas desassistidas, "verdadeiros marginais", entre aspas, do Sistema Jurídico Nacional. Disse ainda que o estado de Santa Catarina vinha sendo infiel ao mandamento constitucional do art. 134, que remete ao inciso LXXIV do art. 5º e que essa infidelidade tinha que ser suprida por aquela Corte.

O julgamento foi marcado pela indignação dos ministros do STF, cuja magnitude chegou ao ponto de registrarem que a omissão do governo do estado de Santa Catarina em criar a Defensoria Pública nos moldes da Constituição Federal caracterizava crime de responsabilidade.

Se no julgamento os ministros falam e veem isso que chamam de crime de responsabilidade, o que ocorrerá, srs. deputados, se esta Casa aprovar hoje um projeto de criação da Defensoria Pública novamente violando a Constituição Federal? Como o Supremo Tribunal Federal vai entender essa violação? Na nossa avaliação, ela é muito clara, pois a lei federal fala que os defensores públicos devem ser escolhidos entre os defensores concursados!

E vamos mais longe. No julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o estado da Paraíba, o Supremo Tribunal Federal disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"É inconstitucional lei complementar estadual que, ao fixar critérios destinados a definir a escolha do Defensor Público-Geral do Estado e demais agentes integrantes da Administração Superior da Defensoria Pública local, não observa as normas de caráter geral, institutivas da legislação fundamental ou de princípios prévia e validamente estipuladas em lei complementar nacional que a união federal fez editar com apoio no legítimo exercício de sua competência concorrente."[sic]

Então, no estado da Paraíba, a indicação do Defensor-Geral se deu através de nomeação de livre escolha do governador de uma pessoa não concursada foi tida como inconstitucional pelo STF.

Ora, se naquele estado ocorreu isso, por que não construir de uma vez por todas em Santa Catarina uma Defensoria Pública que obedeça todas as prerrogativas legais?

Entendemos, srs. deputados, sras. deputadas, que a Defensoria Pública tem que ser uma instituição politicamente livre, sem intervenção do governador, e administrativamente livre. E essa é outra questão extremamente polêmica no texto do PLC n. 0016, porque a Defensoria Pública dependerá do Orçamento do estado e da vontade política do governador.

Há ainda outras questões polêmicas, como o pequeno número de defensores públicos, que não vão dar conta do volume de trabalho. Talvez isso até seja uma estratégia para depois poder dizer que não funciona, que não dá certo e que a Defensoria Dativa era melhor.

Assim, estamos trazendo essas questões para a tribuna a fim de que este Parlamento possa resolver isso ainda nesta tarde. A nossa bancada apresentou algumas emendas ao projeto para tentar corrigir no plenário essas distorções, a fim de que o texto do projeto que regulamenta a Defensoria Pública atenda às expectativas da população catarinense, no sentido de que ela tenha acesso a um advogado, tenha acesso à Justiça gratuita.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deveríamos passar neste momento para a Ordem do Dia, mas como houve um acordo entre as lideranças de que iríamos começar exatamente às 16h, vamos suspender a presente sessão por cinco minutos, reiniciando-a exatamente às 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Gostaria de registrar a presença no plenário desta Casa do ex-governador e senador Casildo Maldaner, que é sempre muito bem-vindo a esta Casa. Desde já está convidado a permanecer conosco enquanto entender que possa dar-nos o prazer da sua presença.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0110/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera dispositivo da Lei n. 7.702, de 1989 (pensão).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Tivemos uma contribuição muito significativa, através de uma emenda modificativa de autoria do deputado Valmir Comin, que trata de pensão às pessoas portadoras de deficiência mental severa e de epidermose, que é uma severíssima enfermidade, a qual o deputado Antônio Aguiar conhece muito bem.

O deputado Valmir Comin acrescentou uma importante contribuição que consta dos autos e que embora com problemas de vício de origem, há o compromisso pré-estabelecido com o governo de não vetá-lo dada a importância da matéria para as famílias que serão beneficiadas.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0237/2012, de origem governamental, que institui o Programa Catarinense de Revigoramento Econômico (Revigorar IV), que dispõe sobre transação de créditos tributários inscritos em dívida ativa, altera as Leis n.s 3.938, de 1966; 5.938, de 1981; 10.297, de 1996; e 13.342, de 2005, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foi apresentada a Emenda n. 04, de autoria do PT, que deverá ser votada em separado.

Em discussão a emenda.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Votação em separado da Emenda n.

04.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, destacamos esta emenda para votação em separado no plenário uma vez que já a havíamos defendido no âmbito da comissão de Constituição e Justiça, por entendermos que, mais uma vez, o governo do estado lança mão da cobrança da dívida ativa, agora através de um novo programa Revigorar, agora o IV.

Quando o Revigorar III adentrou a esta Casa no ano passado foi em seguida pedido de volta pelo governador justamente porque já havia um franco debate na secretaria estadual de Saúde com a comissão de Saúde desta Casa sobre a situação dos hospitais no estado, na intenção de que o governo complementasse o custeio ou tivesse uma nova proposta para o custeio dos hospitais de Santa Catarina.

Foi nesse sentido que o governo do estado remeteu novamente para esta Casa o Revigorar III, propondo a exclusão dos 25% para os municípios e determinando que os recursos restantes seriam totalmente destinados à Saúde.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, não sei exatamente qual foi o montante do Revigorar III aplicado na Saúde. Já fizemos um pedido de informação que, inclusive, já está com o seu tempo legal de resposta esgotado, mas ainda não obtivemos as devidas informações.

Gostaria de saber qual foi realmente o montante arrecadado! Quanto, efetivamente, do Revigorar III foi aplicado na Saúde? Extraoficialmente tenho a informação de que a arrecadação chegou a aproximadamente R\$ 280 milhões e que deve ter sobrado para a Saúde em torno de R\$ 220 milhões, dos quais o governo não aplicou mais do que 10%.

Onde estão esses recursos? Por que esses recursos não foram aplicados até hoje na Saúde, apesar de toda a demanda, apesar do grande volume de reivindicações por parte dos municípios?

A nossa comissão realizou mais de 20 audiências públicas, além de tantas outras realizadas pelas demais comissões, constatando a realidade da Saúde. Basta abrir as páginas dos jornais para ver a situação. Basta ver que nas pesquisas sobre as necessidades

prementes e prioritárias dos municípios a saúde ganha disparado, com mais de 80% das respostas.

Então, no momento em que aporta aqui mais um Revigorar, o IV, ainda estamos preocupados com o III, que não aplicou devidamente os recursos.

Tudo é prioridade: educação é prioridade, assistência social é prioridade, segurança é prioridade, infraestrutura é prioridade, rodovia é prioridade. Mas eu não tenho medo de afirmar - e não estou falando isso por ser da área da saúde, por ser médico e por ter uma militância maior nessa área - que a prioridade das prioridades do povo catarinense é a saúde. Essa é a prioridade mãe, é a maior das prioridades, é a prioridade das prioridades!

Nós estamos aqui representando o povo catarinense, mas se em nosso lugar estivesse o próprio povo numa grande assembleia geral, com certeza estaria destinando parte desses recursos carimbados para a Saúde.

Eu sei que o secretário estadual e o seu adjunto estão passando dificuldades, porque podemos dizer que de alguma forma a secretaria da Fazenda está tratando a secretaria da Saúde não a pão seco e água, mas a pão seco somente, sem água!

A nossa emenda, srs. deputados e sras. deputadas, é no sentido de que 25% dos recursos provenientes do Revigorar IV sejam destinados à Saúde. E o governo teria ainda mais 75% para destinar para suas outras prioridades.

Então, faço um apelo aqui pela aprovação dessa emenda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, queremos dizer que concordamos com o deputado Volnei Morastoni com relação à sua preocupação com a saúde, que é um problema no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Eu estava em Brasília quando votamos a CPMF, cujos recursos eram destinados à Saúde. Infelizmente, o arrecadado ia para o caixa único do Tesouro Federal e bem pouco daqueles recursos era aplicado na Saúde.

Deputado Volnei Morastoni, se v.exa. fizesse uma pesquisa, também colocaria 25% para a Segurança Pública. Até foi apresentada uma emenda pelo deputado Dirceu Dresch, se não me engano, que destinava um percentual do Revigorar IV para a Defensoria Pública, o que também é justo.

Então, se começarmos a mexer, a tirar daqui e dali, não sobrá nada. É nesse sentido que peço aos companheiros que fazem parte da base de apoio ao governo que votem contra a emenda, apesar de reconhecer a boa intenção do deputado Volnei Morastoni. Tenho certeza de que depois o governo, que sente também as dificuldades da Saúde, irá contemplar essa pasta com recursos não somente que já existem no Tesouro, mas com aqueles que entrarão com o Revigorar IV.

Por isso, sr. presidente, peço à bancada que vote favoravelmente ao projeto e contra essa emenda.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação a Emenda n. 04 ao art. 26.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Está rejeitada a emenda destacada.

Em discussão o projeto com uma emenda supressiva.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, já fiz parte desta fala na comissão de Constituição e Justiça hoje à tarde, mas volto a frisar que está virando um processo cíclico essa questão do Revigorar, incentivando os maus pagadores a continuar com essa prática, porque sabem que daqui a pouco haverá mais uma renegociação.

Pergunto: com ficam as pessoas que pagam os seus impostos em dia e que contribuem com o estado dentro da lei? Inclusive, no dia de ontem fizemos um pedido de informação, pois queremos saber quais são as empresas e se de fato elas têm problemas financeiros sérios ou é simplesmente por saberem que vai haver mais um Revigorar.

Outra coisa, sr. presidente, que questiono muito é por que aprovar esse projeto em plena época de eleição. O ex-secretário Ubiratan Rezende dizia que viera a Santa Catarina justamente para mudar a secretaria da Fazenda, que até então se constituía num balcão de negócios. Será que continua? Ele saiu.

Então, sr. presidente, não somos contra a iniciativa de estabelecer negociação, de estabelecer incentivos aos contribuintes. O que achamos é que Santa Catarina está dando incentivos demais e que isso compromete os investimentos que o governo do estado tem de fazer. O próprio Tribunal de Contas do Estado disse isso na sua avaliação deste ano e do ano passado.

Dessa forma, srs. deputados, destaco aqui que a nossa bancada está liberada para votar e informo que este deputado, como líder do PT, votará contra o Revigorar IV.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, temos consolidada uma posição de manifestar e votar contra isenção de impostos e temos percebido que esses Prodec e Revigorar são uma forma de os monopólios terem espaços generosos de crescimento dentro do estado de Santa Catarina, sem a devida, necessária e legal contrapartida ao fortalecimento do serviço público tão necessário para a nossa sociedade.

Não teríamos posição contra uma medida como essa para as pequenas iniciativas. Tivemos algumas indicações e projetos nesse sentido nos seis últimos anos. Infelizmente, todos os destinados aos pequenos bateram na trave. Pelo menos os que eram da nossa iniciativa bateram na trave. Enquanto isso, vemos projeto como esse ser aprovado e imagino que nenhum pequeno empresário do estado de Santa Catarina será beneficiado.

Portanto, manifestamos o nosso voto contrário e pedimos que a nossa bancada vote contra também.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação o Projeto de Lei n. 0237/2012, com uma emenda supressiva.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário dos deputados Dirceu Dresch, Luciane Carminatti e Sargento Amauri Soares.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0213/2011, de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquisição de imóvel no município de Água Doce (construção do quartel da Polícia Militar).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, temos agora a PEC n. 0003/2012, que cria a Defensoria Pública e o PLC n. 0016/2012, que a regulamenta.

Consulto os srs. líderes se, como são matérias absolutamente correlatas, podemos votar a PEC e fazer a discussão do PLC, ou fazemos a discussão em bloco da PEC e do projeto, apenas fazendo a votação de cada matéria em separado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não há problema em fazermos o debate das duas matérias conjuntamente, pois são temas afim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos discutir, então, a PEC n. 0003/2012 e o PLC 0016/2012. A votação, evidentemente, será feita individualmente, mas a discussão conjunta.

Discussão e votação da Proposta de Emenda Constitucional n. 0003/2012, que modifica os arts. 57, 59, 104 e 124 da Constituição do Estado de Santa Catarina (Defensoria Pública).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0016/202, que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Encontra-se apensado a este projeto o Ofício n. 0286/2010, contendo 14 anexos.

Em discussão.

Tem a palavra, por até dez minutos, como relator da matéria, o sr. deputado José Nei Ascari.

Os demais deputados, se todos concordarem, terão cinco minutos cada um, uma vez que é um tema que tem bastante apelo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, este é com certeza o parecer mais importante deste deputado neste mandato.

Gostáramos de fazer um registro inicial de defesa do modelo de Defensoria adotado em Santa Catarina até agora, destacando que a Defensoria Dativa, na nossa

concepção, sempre garantiu assistência gratuita ao cidadão catariense de baixa renda.

Mas o que nos estamos discutindo agora é um novo modelo, o modelo da Defensoria Pública fruto da iniciativa popular e também, evidentemente, da decisão recente do Supremo Tribunal Federal.

Muitas sugestões foram consideradas, tendo sido colhidas nas várias reuniões que trataram desse tema, nas audiências públicas realizadas por esta Casa - foram duas, uma no ano passado e uma recentemente - e também através das emendas apresentadas pelos srs. e sras. deputadas.

O governo do estado, este registro também faço neste momento, deputado Edison Andriano, foi muito sensível e assimilou boa parte das emendas formuladas e assim conseguimos evoluir, melhorando, na nossa concepção, a proposta original de origem governamental.

À PEC foram apresentadas cinco emendas, das quais uma foi acolhida por este relator, segundo a qual o defensor-geral deverá comparecer à Assembleia para prestar contas de todos os trabalhos da Defensoria Pública.

Já ao PLC este relator apresentou nove emendas, todas formuladas com base nas sugestões colhidas ao longo de todo o processo. Além disso, foram apresentadas ainda 35 emendas pelos srs. deputados, das quais dez foram integralmente acolhidas, nove delas consideradas prejudicadas em razão do tema de uma forma ou de outra ter sido recepcionado por este relator, e 16 foram rejeitadas.

A modificação mais importante efetuada no debate realizado nas comissões está justamente no ponto mais polêmico da proposta governamental, que é a estrutura da Defensoria Pública. Essa foi a razão de elevarmos de 14, deputado Joares Ponticelli, para 21 os núcleos regionais, contemplando dessa forma todas as 21 associações de municípios, porque consideramos que essa divisão geográfica está consolidada e é muito equilibrada, permitindo que os defensores públicos possam atuar com bastante propriedade no interior do estado.

Nós alteramos também o texto original a fim de possibilitar o provimento, já no primeiro concurso, não apenas de 20 vagas, mas de 60 vagas de defensor público. Com o objetivo de dar maior autonomia, maior independência ao órgão que está sendo criado, também alteramos o art. 56, para estabelecer que na fase de implantação, enquanto não houver defensor público que preencha os requisitos da lei, o governo do estado poderá nomear o defensor-geral para um mandato de dois anos, permitindo uma recondução somente após a prévia aprovação deste nome pelo Plenário desta Casa.

Também eliminamos, sr. presidente e srs. deputados, outro ponto muito polêmico da proposta original, que estabelecia preferência na celebração dos convênios para a defensoria suplementar necessária para garantir a universalidade do atendimento à população de baixa renda de Santa Catarina. Com esse intuito, acatamos uma emenda da bancada do PT, que estabelece o prazo máximo de três meses, após a promulgação da lei, para a realização do primeiro concurso público para admissão não só dos defensores, mas também dos analistas e dos técnicos para constituir o quadro de servidores necessários para o início dos trabalhos da Defensoria Pública em nosso estado.

Outra emenda acatada, também de autoria da bancada do PT, exclui do projeto uma anotação que, na nossa concepção, era desnecessária e sem eficácia prática, acerca

de um eventual prejuízo da atividade da advocacia privada, na medida em que tanto a Defensoria Pública como a advocacia estão previstas na Constituição e não são incompatíveis, como aparentava na proposta original do governo.

Outra emenda acatada, ainda de autoria da bancada do PT, altera, e é uma mudança muito significativa, o conceito de pessoa assistida por parte da Defensoria Pública.

A proposta original estabelecia dois parâmetros: a renda familiar não superior a um salário mínimo regional e a renda familiar não superior à faixa de isenção do Imposto de Renda. Essas duas condições estão excluídas da redação que ora vamos votar.

Passamos então, sr. presidente, a considerar, a partir dessa modificação, necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. O critério, então, deixa de ser o objetivo e passa a ser subjetivo.

Além dessas, uma série de outras emendas foram acatadas e repito aqui o que já falei: das 35 emendas apresentadas ao PLC, dez foram acatadas na sua plenitude, nove delas foram consideradas prejudicadas, porque de uma forma ou de outra foram recepcionadas nas emendas deste relator, que receberam a aprovação nas comissões desta Casa.

Eu quero agradecer a todos aqueles que de uma forma ou de outra formularam sugestões nas reuniões que realizamos e nas audiências públicas. Agradeço, sobretudo, aos deputados, que também deram uma grande contribuição para que pudéssemos avançar.

Tenho certeza de que muito mais poderia ter sido aqui aprovado, mas chegamos ao limite, na convicção de que estamos entregando para Santa Catarina um bom modelo de Defensoria Pública, na medida em que a matéria receber a aprovação dos srs. parlamentares, nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os deputados e deputadas, bem como aqueles que acompanham esta sessão.

Em primeiro lugar, gostaria de me referir ao histórico de luta que aconteceu neste estado para a implementação da lei que cria a Defensoria Pública. Tivemos nada mais nada menos do que 50 mil assinaturas, que deram origem ao Projeto n. 0286/2010, de iniciativa popular, de criação da Defensoria Pública.

Quero destacar as seguintes entidades e instituições:

- UnoChapecó;
- Associação dos Magistrados do Brasil;
- Associação Nacional dos Defensores Públicos;
- Associação Nacional dos Defensores Públicos da União;
- Associação Paulista de Defensores Públicos;
- Associação Nacional dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro;
- Curso de Serviço Social da UnoChapecó;
- Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC;
- Sindicato dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina;
- Diretório Central dos Estudantes da UnoChapecó;

- Deputados estaduais que hoje são deputados federais e outros que permanecem estaduais;
- ONG - Amor a Criciúma;
- Instituto Ócio Criativo, de Criciúma;
- Comitê Catarinense de Combate à Tortura;
- Comitê do Movimento de Direitos Humanos em Santa Catarina;
- Pastoral Carcerária e outras pastorais;
- Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Além desse movimento que deu origem a 50 mil assinaturas, houve várias audiências nesta Casa, especialmente a partir da entrada deste projeto. Houve várias reuniões e vários debates foram formatando um modelo de Defensoria Pública que de fato pudesse servir de exemplo para o Brasil.

Em 14 de março de 2012 houve o julgamento da Adin no Supremo Tribunal Federal, que determinou que até março do ano que vem a implementação da Defensoria Pública em nosso estado.

Nesse sentido, há várias questões que precisam avançar em nosso entendimento e poderemos fazê-lo em plenário se os deputados tiverem cuidado com o que determina o espírito do legislador ao elaborar o art. 134 da Constituição Federal.

Mas quero fazer o destaque das quatro emendas que apresentamos na comissão de Finanças. Na primeira emenda destaco o art. 56, que determina que os cargos de defensor público-geral, subdefensor público-geral e corregedor público-geral da Defensoria Pública sejam obrigatoriamente ocupados por membros da carreira, após aprovação em concurso público. Ou seja, estamos aqui opondo-nos à ideia de que o governador deva nomear esses três cargos que darão a linha mestra da instituição e a formação desse modelo de Defensoria Pública, uma vez que o governador nomeando esses três cargos da Defensoria está dizendo que o princípio da autonomia administrativa, funcional e financeira estaria resguardado.

Então, por que estamos baseando-nos no fato de que essa emenda precisa ser aprovada? Porque a Constituição Federal é muito clara no § 1º do art. 134, quando determina que a lei complementar organizará a Defensoria Pública, mas os estados devem precezar pelos cargos de carreira providos na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos. Portanto, a Constituição não prevê que para o período inicial vale a nomeação por parte do governador.

Essa primeira emenda vem justamente no sentido de alertar os srs. deputados no sentido de não permitir que este estado caia no erro de permitir uma nova ação no Supremo Tribunal Federal.

A segunda emenda se refere ao aumento do número de defensores. Ora, o projeto inicial previa apenas 20 defensores. Nós avançamos no sentido de ter 60, mas para seis milhões de habitantes 60 defensores públicos é um número ridículo para o estado de Santa Catarina!

Se compararmos com o tamanho da população de todos os demais estados e o número de defensores públicos, teremos a seguinte situação: Santa Catarina implanta a Defensoria Pública de forma precária, tímida e passa a ser o estado da nação com o menor número de defensores públicos, o que pode perfeitamente ser alterado se assim houver entendimento dos parlamentares.

A terceira emenda que apresentamos reitera a intenção de manter o projeto inicial, que previa a criação de 300 cargos de defensores públicos. E a quarta representa a garantia de que a comissão do primeiro concurso público para

provimento dos cargos de defensor público seja formada pelo procurador-geral do Estado, pela OAB, pelo Conselho Nacional dos Defensores-gerais e pelo presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, pois entendemos que é justa a formação de uma comissão democrática, representativa e que evite, inclusive, problemas na condução do concurso público.

Por último, quero dizer aos srs. deputados que, por mais estranho que possa parecer, uma vez que somos parlamentaristas, nós temos a preocupação de que, infelizmente, o estado de Santa Catarina possa responder a duas Adins no Supremo Tribunal Federal. Uma, contra a lei que ora deva ser aprovada e que colocará em xeque todos os avanços que foram aqui mencionados pelo deputado José Nei Ascari; outra, contra o governador do estado por descumprir decisão do STF, o que poderá acarretar a perda do mandato, a inelegibilidade e, inclusive, a intervenção federal no estado.

E por que afirmo isso? Porque já tivemos no dia 1º de dezembro de 2005 uma Adin julgada pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao estado da Paraíba, que cometeu exatamente o mesmo erro, o mesmo equívoco que o estado de Santa Catarina está cometendo, quando definiu a nomeação desses três cargos num primeiro momento por parte do governador. O STF, então, julgou inconstitucional a lei que criou a Defensoria na Paraíba. Ora, se valeu para Paraíba, tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal não aceitará de que mais um estado cometa tal equívoco.

Portanto, se o estado de Santa Catarina não quiser mais uma vez responder judicialmente por um ato que pode ser evitado, entendemos que há tempo para que se respeite a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Assim, pedimos a aprovação das nossas emendas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, esse tema realmente é o mais importante deste semestre e por isso o tenho trazido já há alguns dias a esta tribuna porque estou absolutamente convencido de que o modelo que nós tínhamos até então, deputado Ciro Roza, era o melhor modelo do Brasil. Não tenho nenhuma dúvida a respeito e tenho elementos para isso pelo que ouvi de parlamentares de diversos outros estados. Infelizmente, decisão judicial não se discute, apenas se cumpre.

A proposta que a deputada Luciane Carminatti traz eu também gostaria de ver implementada, começando pelo governo federal. A sua proposta é termos em torno de 300 defensores públicos em Santa Catarina. O Brasil inteiro tem 489, deputada! O Brasil inteiro, onde há Defensoria desde 1995, tem 489 defensores, o que dá um número de 14 defensores para Santa Catarina, se considerarmos que temos uma população economicamente ativa de 130 milhões.

Por isso, sr. presidente, quero discutir isso com responsabilidade! A Defensoria da União, deputado Mauro de Nadal, que existe desde 1995, só tem 489 defensores públicos. No estado do Rio Grande do Sul há cinco defensores da união, mas aqui em Santa Catarina, do governador Raimundo Colombo querem exigir 300 defensores para depois de amanhã! Não é assim. Temos que ter coerência.

A contestação de dizer que o defensor-geral será escolhido pelo governador numa regra transitória, é verdade, porque os defensores serão concursados, terão que ter no cargo no mínimo três anos para terem estabilidade e mais de 35 anos de idade. E até lá como fica? Vamos ficar sem defensor-geral? E o serviço de parceria com a OAB até que se faça concurso, até que se

contrate, até que se implemente, não vai mais haver?

O discurso da senadora Ana Amélia Lemos no Senado da República no dia 21 de maio deste ano mostra, deputada Angela Albino, que a união ainda não tem carreira estruturada como pretendem os defensores que, aliás, estão em greve. A união não tem os equipamentos necessários, não tem infraestrutura, e existe desde 1995! Aqui, deputado Edison Andrino, há uma pressa generalizada, tem que ser para amanhã. Não é assim. Nós temos que ter coerência entre o discurso e a prática. Se o governo federal, que é o senhor da arrecadação no Brasil, que concentra 70% de tudo o que se arrecada, ainda não conseguiu resolver e não por falta de vontade certamente, mas porque tem outras demandas, querem que o estado resolva tudo imediatamente. Não! Nós precisamos ir com calma, com responsabilidade.

Queremos reconhecer acima de tudo, deputado José Nei Ascari, os avanços que v.exa. promoveu na relatoria. Da proposta inicial que aqui chegou à que estamos votando hoje, esta Assembleia promoveu avanços substanciais. E vamos continuar avançando, vamos continuar evoluindo, mas com responsabilidade, com o pé no chão, com o mesmo comportamento que se deve exigir dos outros entes, deputado Reno Caramori, porque senão ficamos apenas no discurso daquilo que interessa na paróquia, e não pode ser assim.

Nós precisamos, acima de tudo, srs. deputados, garantir que essas 21 coordenadorias que serão criadas sejam dotadas de condições de funcionamento, à luz da lei. Tem que haver licitação para estruturá-las, tem que alugar imóveis etc. Mas o povo não pode padecer até lá, o serviço tem que continuar.

Por fim, a OAB não pode ser demonizada que percebemos muitas vezes nas entrelinhas. O trabalho prestado pela OAB até aqui foi um trabalho de qualidade, de responsabilidade, de resultados. E a OAB e as universidades precisam continuar parceiras, senão, deputado Ciro Roza, não daremos conta de dar a resolutividade que o cidadão precisa.

Vejo que estamos avançando. O modelo já nasce melhor do que em outros estados da federação. Esse problema da Defensoria Pública não é um problema de Santa Catarina apenas e não somos o único estado a implementar a Defensoria Pública, mas não podemos negar que tivemos até aqui sim, um serviço bem prestado pela OAB, através da Defensoria Dativa. Por isso a OAB precisa continuar parceira, agora melhor fiscalizada por conta das 21 regionais que vamos instalar nesse grande quadro que estamos criando. Aliás, deputados Nilso Berlanda e José Milton Scheffer, a nossa lei nasce com um quadro e com uma carreira, vamos ser honestos e reconhecer, bem melhor do que os da união, que existe desde 1995 e ainda não conseguiu avançar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero iniciar pontuando uma questão que às vezes precisamos pontuar na história. O dia de hoje certamente conta com a formulação formal do governo do estado, mas é fruto da luta e do cotidiano reiterado de luta de muitas entidades e pessoas que sempre acreditaram, mesmo quando diziam que o assunto estava ultrapassado. O dia de hoje é a prova inequívoca de que o direito é construído pela luta, de que a luta constrói o direito. Todos os direitos que estão inscritos em todas as Constituições de todos os países foram conquistados porque alguém se debruçou sobre eles e dispôs-se a lutar.

Deputado Joares Ponticelli, vou usar agora da prerrogativa de divergir de v.exa., o que

faço muito pouco desta tribuna, para dizer que há pressa, sim, porque somos o último estado do país a implementar a Defensoria Pública. Discute-se sobre esse tema desde 1988 e muito mais proximamente, nos últimos anos, com todas as entidades que a deputada Luciane Carminatti já mencionou. E quero destacar ainda a Associação de Juizes para a Democracia e a própria participação dos defensores públicos da união, que nos ajudaram muito a conceber o projeto, que nos ajudaram a entender o caminho que precisava ser trilhado.

Ao passo que reconheço o avanço que foi feito, quero complementar o relato que fez da tribuna o deputado José Nei Ascari, que de fato incorporou várias emendas no seu relatório, dizendo que, embora a pressa não esteja colocada para nós, não se vai ao sul seguindo pelo norte.

Um ponto estratégico que temos defendido desde que iniciou o debate sobre a Defensoria Pública é que ela precisa ser independente, portanto, quando se diz que é preciso conciliar o artigo transitório, como bem lembrou o deputado Joares Ponticelli, com as necessidades de sabermos que nem todas as condições dos defensores públicos vão estar implementadas naquele tempo, é possível também que se ponha fim a um artigo completamente vago e absolutamente discricionário do governador do estado, que é dizer que alguém de notório saber jurídico é que vai guiar os primeiros anos da Defensoria Pública. Essa Defensoria Pública nasce sem orçamento, nasce sem a governança política sobre as suas ações e é claro que isso vai interferir nos seus relacionamentos.

Dito isso, não mudo o fato de que certamente é uma vitória, embora tenha convicção de que se tivéssemos construído essa vitória de outra forma, as galerias desta Casa estariam cheias hoje, porque é preciso reconhecer que as pessoas que várias vezes propuseram audiências públicas, que várias estiveram aqui, que várias vezes propuseram esse debate, que várias vezes suscitaram esse debate e disseram que o caminho que Santa Catarina adotava não era constitucional, não foram convidadas para a vitória e não se sentem vitoriosas com esse projeto.

O deputado Joares Ponticelli lembrou bem há pouco que esta Casa é, por excelência, a Casa do debate. Então, queremos entender por que essas pessoas não se sentem contempladas, não se sentem vitoriosas neste momento. Porque a Defensoria Pública que oxalá está nascendo - e que bom que está nascendo! - não nasce atendendo ao que se construiu até aqui.

Por isso quero saudar os que ousaram divergir, os que ousaram pautar esse debate, os que nunca desistiram e pelo fato de que finalmente teremos uma Defensoria Pública, muito embora não seja, reafirmo aqui, aquela que sonhamos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência registra a presença nesta Casa do prefeito da capital, Dário Elias Berger.

Seja bem-vindo à Assembleia Legislativa!

Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero saudar e cumprimentar o deputado federal Décio Lima, que foi prefeito de Blumenau e que está aqui nos visitando.

Srs. deputados, com relação à Defensoria Pública já fiz minha fala no horário reservado aos Partidos Políticos, mas quero destacar rapidamente algumas das nossas emendas, as quais foram muito bem discutidas pela deputada Luciane Carminatti.

Quero cumprimentar as entidades que estão aqui hoje e que fizeram um trabalho

maravilhoso ao conseguir 50 mil assinaturas para um projeto de iniciativa popular.

Quero discordar do que disse o deputado Joares Ponticelli desta tribuna, pois os defensores da união têm um papel totalmente diferenciado, já que não atuam diretamente com a população, têm outras funções, desempenham outros papéis.

Quero dizer ainda que o vizinho estado do Rio Grande do Sul tem 362 defensores públicos estaduais e que o Paraná agora abriu concurso para cerca de 190 defensores, ao passo que Santa Catarina está numa situação crítica. Por quê? Porque o Supremo Tribunal Federal decretou inconstitucional a nossa Defensoria Dativa. Então, estamos sem Defensoria.

Uma coisa da qual discordamos é a criação de somente 20 defensores públicos, que serviriam simplesmente para gestionar convênios. Isso nós não queremos! Não queremos uma instituição para gestionar convênios! Queremos uma instituição para atender à população do nosso estado.

Quero reconhecer que o relator, deputado José Nei Ascari, fez um grande esforço acatando várias emendas da nossa bancada, que se esforçou para contribuir com o projeto original, que era totalmente inviável para Santa Catarina. Com sua ajuda conseguimos ampliar para 60 defensores, mas isso não quer dizer que o governo vá contratar os 60. E aí a grande preocupação com relação à interferência política do governador ao nomear três defensores-gerais livremente, porque não fica claro quanto tempo isso vai durar.

Conseguimos, através de emenda, dar um tempo para a implantação. Agora, esse processo de transição, no qual se fala que é preciso ter 35 anos para ser defensor público-geral, estamos propondo que seja retirado.

Deputado José Milton Scheffer, foi muito clara a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o estado da Paraíba. Agora estamos incorrendo no mesmo erro e correndo o mesmo risco da impugnação da nossa lei, o que pode fazer com que a Defensoria Pública demore muito tempo para ser implantada em nosso estado. Se isso é intencional, é um problema, porque muito alertamos aqui durante a tramitação da matéria nas comissões que o projeto era inconstitucional.

Então, sr. presidente, comemoramos toda a caminhada que fizemos, reconhecemos a mobilização, mas não gostaríamos que o discurso de que a Defensoria Dativa deveria continuar existindo em nosso estado prevalecesse. Foi importante, é verdade, mas o próprio Supremo Tribunal Federal disse que era inconstitucional e muita coisa que deveria ter funcionado não funcionou. Por isso a nossa luta pela Defensoria Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Edison Andrino, líder do governo.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, já foi dito praticamente tudo sobre a matéria e não vou alongar-me.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer um agradecimento ao PT, pela contribuição que deu a essa matéria, pois a audiência pública requerida pelo partido foi fundamental para uma série de acréscimos e avanços na criação da Defensoria Pública.

Quero cumprimentar também o deputado José Nei Ascari pelo esforço, por contemplar praticamente todos os pontos polêmicos, sr. presidente, discutidos na audiência pública. Tivemos avanços substanciais e tenho certeza de que Santa Catarina terá uma boa Defensoria Pública.

Particularmente reconheço o trabalho feito pela OAB através da Defensoria Dativa, mas acho que a instituição deveria ter sido melhor

controlada na maior por parte do estado. Sabemos também que a Defensoria Pública tem um papel preventivo no sentido de não haver demanda judicial, o que não acontecia com a Defensoria Dativa, pois o advogado só era remunerado quando havia demanda judicial.

Não posso esquecer também o esforço e a sensibilidade do governador do estado de Santa Catarina, através do seu procurador-geral, professor João dos Passos Martins Neto, que foi fundamental para que essa matéria pudesse ser encaminhada a esta Casa, discutida democraticamente na audiência pública e ter os avanços necessários.

Recomendo à bancada que dá apoio ao governo que vote a favor da matéria, para que o projeto se torne realidade. Solicito também à base de apoio que vote contra as emendas que serão apresentadas em plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continuam em discussão os projetos.

(Pausa)

Não havendo mais quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a PEC n. 0003/2012.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal através do painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÔIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GILMER MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLTER GALLINA	sim
DEPUTADO VALNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim".

Está aprovada a PEC em primeiro

turno.

Em votação em primeiro turno o PLC n. 0016/2012.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Antes, porém, vamos votar o destaque, pois há quatro requerimentos da bancada do PT.

Podemos votá-los em bloco, deputado Dirceu Dresch?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, peço que votemos individualmente, com um minuto para encaminhamento, para explicar o que é cada emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exas. podem fazer o encaminhamento dos quatro destaques e votamos em separado cada um deles. Pode ser? Terão quatro minutos para encaminhar.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Para nós o debate já foi feito, gostaríamos apenas de explicar cada destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então vamos inicialmente votar o destaque que suprime os §§ 1º e 2º do art. 56.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, foi discutido muito na tribuna a questão de a união não ter um número grande de defensores públicos. Na verdade, fez-se um comparativo entre o estado e a união. Ocorre que as atribuições são diferentes, o que precisamos é comparar estado com estado, porque a Defensoria Pública da União não trata de problemas do dia a dia do cidadão, da Justiça comum, das questões de direito de família e outras. Então, as atribuições da Defensoria Pública são extremamente mais abrangentes no caso dos estados.

Agora, se fizemos um comparativo entre os estados, ver-se-á que atualmente o menor número de defensores *per capita* é em São Paulo, que está elevando de 500 para 900 o número de defensores públicos. Na verdade, São Paulo perde o posto para Santa Catarina, que é o último estado a aprovar a Defensoria Pública e o primeiro de trás para frente em quantidade.

Por isso, uma das emendas visa exatamente elevar o número de defensores públicos. Até reconhecemos o esforço do deputado José Nei Ascari, que ampliou de 20 para 60 já no primeiro concurso. E um dos destaques trata justamente da possibilidade de permitir mais defensores, que é o que vai, efetivamente, garantir o atendimento ao cidadão carente do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Votação em separado da emenda supressiva que suprime os §§ 1º e 2º do art. 56 do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não

DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SANDRO SILVA	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VALTER GALLINA	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos nove votos "sim" e 27 votos "não".

Está rejeitado o destaque.

Votação em separado da emenda modificativa ao art. 56 do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a presente emenda pretende modificar o art. 56, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 56. Os cargos de Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e Corregedor-Geral da Defensoria Pública serão obrigatoriamente ocupados por membros da carreira, após aprovação em concurso público, ficando dispensados os requisitos de que tratam os art. 9º, 11, 13 desta Lei Complementar, enquanto não houver defensores públicos que os preencham."[sic]

Então, na nossa avaliação, essa é a questão central, porque os defensores públicos devem ser escolhidos entre os concursados.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será no painel.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	

DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SANDRO SILVA	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VALTER GALLINA	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos oito votos "sim" e 28 votos "não".

Está rejeitado o destaque.

Votação em separado da emenda modificativa ao art. 62 do PLC n. 0016/2012.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem não rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SANDRO SILVA	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VALTER GALLINA	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos nove votos "sim" e 27 votos "não".

Está rejeitada a emenda.  
Votação em separado da emenda modificativa aos Anexos V, VI e VII do PLC n. 0016/2012, dando nova redação ao artigo.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a emenda refere-se ao número de cargos a serem criados, assim distribuídos: 300 vagas de defensores públicos, 300 vagas de analistas técnicos e 300 vagas de técnicos administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O painel está aberto para votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SANDRO SILVA	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VALTER GALLINA	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	não

Está encerrada a votação.  
Votaram 34 srs. deputados.  
Temos 28 votos "não" e seis votos "sim".

Está rejeitada a emenda.  
Votação em primeiro turno do PLC n. 0016/2012, com as emendas aprovadas na comissão.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, faço um apelo à base do governo para que permaneça em plenário porque ainda haverá a votação em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, vamos votar com ressalva esse texto. Entendemos que avançamos na criação da Defensoria, e isso é extremamente positivo, mas acreditamos que o projeto não atendeu à expectativa e há um problema de inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti, para declaração de voto.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, da mesma forma, eu gostaria que fosse registrada em ata a nossa ressalva porque não foram aprovadas as nossas quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vai constar na ata não apenas a ressalva, como também a discussão da matéria, sra. deputada.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VALTER GALLINA	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 38 srs. deputados.

O deputado Narcizo Parisotto registra o seu voto "sim". Com o voto favorável do deputado Narcizo Parisotto fora do sistema eletrônico de votação, temos 38 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0176/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que concede o título de Cidadão Catarinense ao doutor Euclides Reis Quaresma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 17h08, destinada à votação em segundo turno das matérias aprovadas e de algumas redações finais.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 17h08, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Ciró Roza - Dado Chierem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer -

José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina -

Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0213/2012.

Não há emendas à redação final.  
Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovada.  
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0237/2012.  
Não há emendas à redação final.  
Em votação.  
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovada.  
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Emenda Constitucional n. 0003/2012, de origem governamental, que modifica os arts. 57, 59, 104 e 124 da Constituição do Estado de Santa Catarina (Defensoria Pública).  
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os sr. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.  
(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)  
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim  
DEPUTADA ANGELA ALBINO sim  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim  
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim  
DEPUTADO CIRO ROZA sim  
DEPUTADO DADO CHEREM  
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim  
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim  
DEPUTADO DIRCEU DRESCHE sim  
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim  
DEPUTADO GELSON MERISIO sim  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL  
DEPUTADO JAILSON LIMA  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI  
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim  
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim  
DEPUTADO MANOEL MOTA sim  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim  
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim  
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim  
DEPUTADO NODI SARETTA sim  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim  
DEPUTADO NILSO BERLANDA sim  
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim  
DEPUTADO RENO CARAMORI  
DEPUTADO ROMILDO TITON sim  
DEPUTADO SANDRO SILVA sim  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim  
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim  
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim  
DEPUTADO VALMIR COMIN sim  
DEPUTADO VALTER GALLINA sim  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim  
Está encerrada a votação.  
Votaram 35 srs. deputados.  
Temos 35 votos "sim", com o voto favorável do deputado Joares Ponticelli fora do sistema eletrônico de votação.  
Está aprovada a matéria.  
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0176/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que concede

o título de cidadão catarinense ao doutor Euclides Reis Quaresma.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0110/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera dispositivo da Lei n. 7.702, de 1989, com a contribuição da emenda modificativa do deputado Valmir Comin.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0143/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública a Associação Recanto do Idoso de Concórdia, do município de Concórdia.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0150/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer do município de Braço do Norte.  
Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0183/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Associação Sítio Terapia, de Tijucas.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0186/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade, do município de Timbó.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0199/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Braço do Sul, de Blumenau.  
Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0209/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação Pró-Solidariedade e Vida Bom Pastor, de Blumenau.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0212/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que declara de utilidade pública a Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes de Mondai - Aarum -, com sede no município de Mondai.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0232/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Capão Grande, com sede no município de Porto União.  
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
Aprovado.  
Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 17h11, destinada à votação da redação final dos projetos aprovados.  
Está encerrada a sessão.

# ATA DA 012ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 17h11, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Ciro Roza - Dado Cherech - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

**Ordem do Dia**  
**DEPUTADO NEODI SARETTA** (pela ordem) - Levanta dúvida sobre a votação em segundo turno do PLC n. 0016/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.  
Votação da redação final da Proposta de Emenda Constitucional n. 0003/2012.

Não há emendas à redação final.  
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Votação das redações finais dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0019/2012 e 0018/2012.

Não há emendas às redações finais.  
Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.  
Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0176/2012, 0110/2011,

0143/2012, 0150/2012, 0183/2012, 0186/2012, 0199/2012, 0209/2012, 0212/2012 e 0232/2012.

Não há emendas às redações finais.  
Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.  
O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de um esclarecimento.

Não sei se houve equívoco de minha parte, mas não percebi se v.exa. colocou em votação em segundo turno o projeto de cria a Defensoria Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não, esquecemos. V.Exa. está coberto de razão. Vamos, então à votação.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012, de origem governamental, que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre a sua organização e funcionamento, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.  
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" aprovam as matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CIRO ROZA sim

DEPUTADO DADO CHEREM sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO NILSO BERLANDA sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SANDRO SILVA sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

DEPUTADO VALTER GALLINA sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Está encerrada a votação.  
Votaram 28 srs. deputados.  
Temos 28 votos "sim".  
Está aprovado em segundo turno.  
Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 17h12, para votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012.  
Está encerrada a sessão.

# ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 17h12, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Ciro Roza - Dado Cherech - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno

Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.  
Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012.

Não há emendas à redação final.  
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Informo aos srs. deputados que nas duas próximas semanas não teremos sessão, conforme calendário especial proposto anteriormente e já cumprido.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATOS DA MESA

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA Nº 462, de 26 de julho de 2012

Reajusta o índice de quota máxima atribuída ao cargo de Secretário Parlamentar do Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da Alesc e no art. 15 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 002, de 24 de fevereiro de 2011, e considerando o Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 44, de 4 de julho de 2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º O índice de quota máxima atribuída ao cargo de Secretário Parlamentar do Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar de que trata os Anexo IX-F da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, fica redefinido para 263,0247, com base na majoração do valor estabelecido no Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 44, de 04 de julho de 2012, da Câmara dos Deputados.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 5 de julho de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 463, de 26 de julho de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1766 ,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 76 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 1º, II, "I", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

**CONSIDERAR LICENCIADO** para concorrer cargo eletivo no pleito eleitoral de 2012, no período compreendido entre 16 de julho a 08 de outubro de 2012, o servidor IVENS ANTONIO SCHERER, matrícula nº 1678, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, PL/ASI-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 464, de 26 de julho de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DISPENSAR** a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, da função de Assistência técnica de Comissão Permanente, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 05 de julho de 2012 (CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 465, de 26 de julho de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **LARISSA GARCIA MARTINS**, matrícula nº 6867, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 05 de julho de 2012 (CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 466, de 26 de julho de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1921/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **LAERCIO BRAZ GHISI**, matrícula nº 0422, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão, PL/DAS-6 e 5,83%(cinco vírgula oitenta e três por cento) do valor correspondente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, substituindo idêntico percentual já agregado pela Resolução nº 1039/87, de 23/07/1987, com eficácia financeira a contar de 06 de dezembro de 2011, tornando sem efeito o Ato da Mesa nº 437, de 08 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 467, de 26 de julho de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1632/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **CLOVIS NELSON PIRES DA SILVA**, matrícula nº 2003, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e o vencimento do cargo em comissão de Coordenador das Comissões, PL/DAS-6 e 0,83% (zero vírgula oitenta e três por cento) do valor correspondente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior e 59,17% (cinquenta e nove vírgula dezessete por cento) do valor correspondente a Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, totalizando 100%, incluindo percentual já agregado com base na Resolução nº 889/1990, de 06/11/1990, com eficácia financeira a contar de 01 de dezembro de 2011, tornando sem efeito o Ato da Mesa nº 446, de 12 de dezembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 468, de 26 de julho de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1467/2011,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

**CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO** ao servidor **ERADIO MANOEL GONÇALVES**, matrícula nº 0929, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ALE-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 44,15% (quarenta e quatro vírgula quinze por cento) do valor correspondente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, 30% (trinta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 e 10% (dez por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5 do Grupo de Atividades de Função de Confiança, substituindo idêntico percentual já agregado pelos Atos da Mesa nº 074, de 06/05/2008 e nº 410, de 15/07/2010, observando a opção pelo servidor pela retribuição mais vantajosa, até o total de 100%, com eficácia financeira a contar de 1º de fevereiro de 2012, tornando sem efeito o Ato da Mesa nº 055, de 14 de fevereiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 469, de 26 de julho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**PRORROGAR** o Ato da Mesa nº 286, de 16 de maio de 2012, que constituiu Comissão Legal - Processo Administrativo Especial, individualizado, por 60 (sessenta dias), a contar de 16/07/2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Reno Caramori - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE RESULTADO

**AVISO DE RESULTADO - REPUBLICAÇÃO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1522/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 020/2012.3 PUB, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ALESC.**

**LOTE ÚNICO**

Vencedora: CASTELMAR EMPREENDIMENTOS HOTELEIRO LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 28.085,00

Apto Single - R\$174,25 X 100 = R\$ 17.425,00

Apto Double - R\$213,20 X 50 = R\$ 10.660,00

Florianópolis, 25 de julho de 2012

ANTONIO HENRIQUE C. BULÇÃO VIANNA

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO

**EXTRATO Nº 100/2012**

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 022/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 020/2012.

OBJETO: Contratação de hotel para hospedagem de convidados/contratados para mostrar e participar de aulas e palestras na ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (10 de julho de 2012).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 020/2012.

LOTE 1					
Item	Qty	Und	Especificação HOTEL 05 (CINCO) ESTRELAS (*****)	Valor da Diária (R\$)	Valor Total de diárias (R\$)
1	100	SV	Serviços de hospedagem em apartamento "SINGLE", em hotel de categoria cinco estrelas contendo a seguinte especificação nos termos da Portaria nº 100 e Cartilha de Orientação Básica do Ministério do Turismo, que estabeleceu o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, a saber: - Serviço de recepção aberto por 24 horas - Serviço de mensageiro no período de 24 horas - Serviço de cofre em 100% das UH para guarda dos valores dos hóspedes - Área útil da UH, exceto banheiro, com 17 m² - Colchões das camas com dimensões superiores ao padrão nacional - Banheiro nas UH com 4 m² - Disponibilidade de UH com banheira - Roupão e chinelo em 100% das UH - Berço para bebês, a pedido - Facilidades para bebês (cadeiras altas no restaurante, facilidades para aquecimento de mamadeiras e comidas, etc) - Café da manhã nas UH - Serviço de refeições leves e bebidas nas UH (room service) no período de 24 horas - Troca de roupas de cama e banho diariamente - Secador de cabelo a disposição sob pedido - Serviço de lavanderia - Televisão em 100% das UH - Canais de TV por assinatura em 100% das UH - Acesso à internet nas áreas sociais e nas UH - Mesa de trabalho com cadeira, iluminação própria, e ponto de energia e telefone, nas UH, possibilitando o uso de aparelhos eletrônicos pessoais - Sala de ginástica/musculação com equipamentos - Serviço de facilidades de escritório virtual - Salão de eventos - Serviço de guest relation/concierge - Minirrefrigerador em 100% das UH - Climatização (refrigeração/calefação) adequada em 100% das UH - Restaurante - Serviço de alimentação disponível para café da manhã, almoço e jantar - Serviço à la carte no restaurante - Preparação de dietas especiais (vegetariana, hipocalórica, etc) - Bar - Área de estacionamento com serviço de manobrista - Pagamento com cartão de crédito ou de débito	310,00	31.000,00

2	100	SV	Serviços de hospedagem em apartamento "DOUBLE", em hotel de categoria cinco estrelas contendo a mesma especificação dos apartamentos single, ou seja:	360,00	36.000,00
			- Serviço de recepção aberto por 24 horas		
			- Serviço de mensageiro no período de 24 horas		
			- Serviço de cofre em 100% das UH para guarda dos valores dos hóspedes		
			- Área útil da UH, exceto banheiro, com 17 m <sup>2</sup>		
			- Colchões das camas com dimensões superiores ao padrão nacional		
			- Banheiro nas UH com 4 m <sup>2</sup>		
			- Disponibilidade de UH com banheira		
			- Roupão e chinelo em 100% das UH		
			- Berço para bebês, a pedido		
			- Facilidades para bebês (cadeiras altas no restaurante, facilidades para aquecimento de mamadeiras e comidas, etc)		
			- Café da manhã nas UH		
			- Serviço de refeições leves e bebidas nas UH (room service) no período de 24 horas		
			- Troca de roupas de cama e banho diariamente		
			- Secador de cabelo a disposição sob pedido		
			- Serviço de lavanderia		
			- Televisão em 100% das UH		
			- Canais de TV por assinatura em 100% das UH		
			- Acesso à internet nas áreas sociais e nas UH		
			- Mesa de trabalho com cadeira, iluminação própria, e ponto de energia e telefone, nas UH, possibilitando o uso de aparelhos eletrônicos pessoais		
			- Sala de ginástica/musculação com equipamentos		
			- Serviço de facilidades de escritório virtual		
			- Salão de eventos		
			- Serviço de guest relation/concierge		
			- Minirrefrigerador em 100% das UH		
			- Climatização (refrigeração/calefação) adequada em 100% das UH		
			- Restaurante		
			- Serviço de alimentação disponível para café da manhã, almoço e jantar		
			- Serviço à la carte no restaurante		
			- Preparação de dietas especiais (vegetariana, hipocalórica, etc)		
			- Bar		
			- Área de estacionamento com serviço de manobrista		
			- Pagamento com cartão de crédito ou de débito		
TOTAL:					67.000,00

**1ª REGISTRADA: HBS Hotelaria Ltda**

Endereço: Avenida Rubens de Arruda Ramos, nº 2034, Florianópolis, SC  
CEP 88015-701

Fone/fax (48) 3202-6100/3202-6101

e-mail reserva.sofitflorianopolis@acoor.com.br

CNPJ/MF nº 08.395.875/0001-41

Florianópolis, 25 de julho de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO****OFÍCIO Nº 477/12**

Ofício nº 014/2012

Ascurra, 16 de julho de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Moradores do Bairro Estação - AMBE**, de Ascurra, referente ao exercício de 2011.

Ivete Maria Mattiuzzi Sais

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 18/07/12

Republicado por incorreção

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1715, de 18 de julho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR FRANCISCO EDUARDO JOHANNSEN**, matrícula nº 6871, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de julho de 2012 (Gab Dep Volnei Morastoni - Navegantes).

Carlos Alberto de Lima Souza Diretor Geral

**Republicada por incorreção**

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1819, de 26 de julho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **MARCELO HENRIQUE BELLO**, matrícula nº 2167, na DL - Coordenadoria de Publicação, a contar de 01 de agosto de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*